

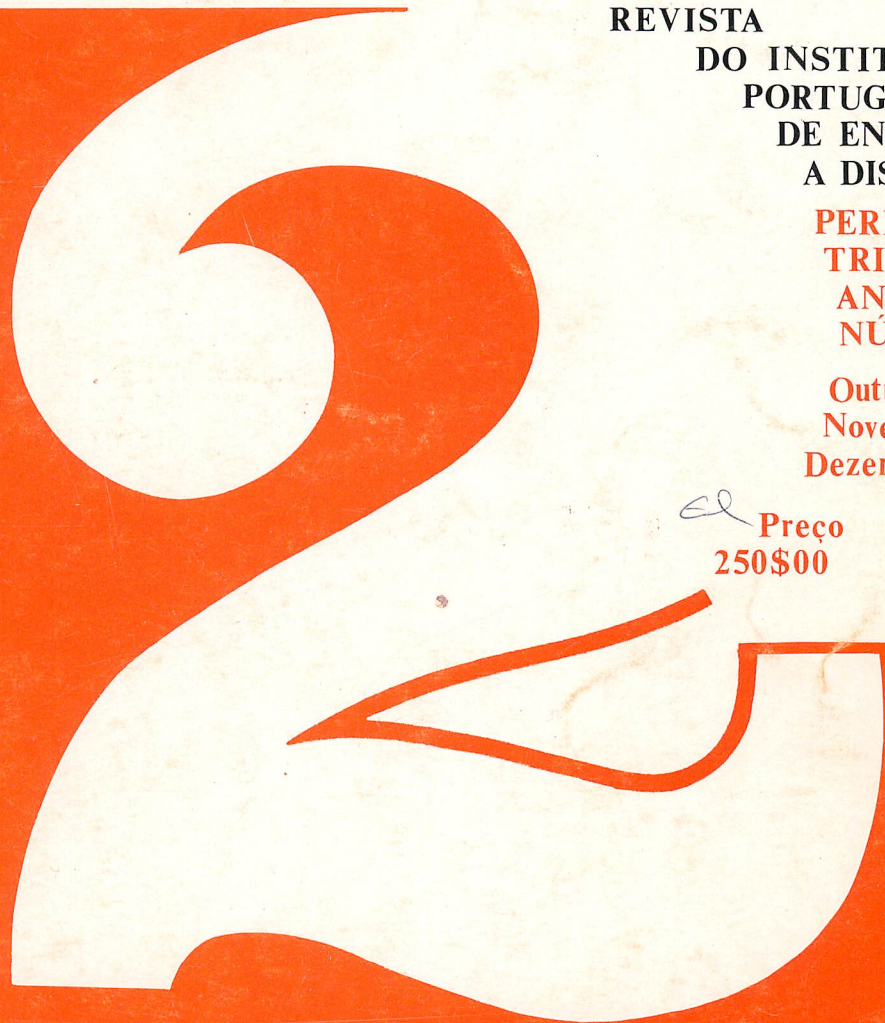
SINAL

AUDIO
VIDEO
SCRIPTO

REVISTA
DO INSTITUTO
PORTUGUÊS
DE ENSINO
A DISTÂNCIA
PERIODICIDADE
TRIMESTRAL
ANO 1985
NÚMERO 2

Outubro
Novembro
Dezembro

el Preço
250\$00



SINAL

AUDIO
VIDEO
SCRIPTO

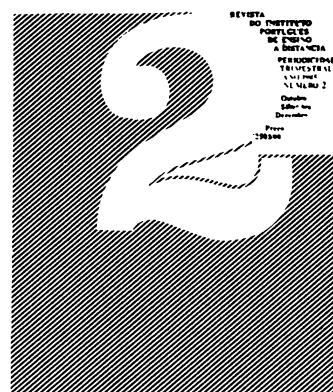


INSTITUTO PORTUGUÊS DE ENSINO A DISTÂNCIA

SINAL^{AVS}

REVISTA DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ENSINO A DISTÂNCIA
PALÁCIO CEIA — Rua da Escola Politécnica, 147, Tel. 67 23 18
1 200 Lisboa / Períodicidade: Trimestral / Ano I / N.º 2 / Outubro Novembro
Dezembro 1985 / DIRECÇÃO: Maria Emília Ricardo Marques e
Maria Emília Cordeiro Ferreira / Composto, Maquetizado e Impresso
nos Serviços do IPED / Depósito legal n.º 6209/84 / Distribuição:
Electroliber / Preço: 250\$00 / Assinatura Anual (4 números): 750\$00
A Direcção reserva-se o direito de recusar textos não solicitados, enviados
para publicação

SINAL AUDIO
VIDEO
SCRIPTO



EDITORIAL

SINAL — AVS prossegue nos seus objectivos de divulgação científica, levando uma informação dos trabalhos que se relacionam com a pedagogia de interacção, basicamente indirecta, apoiada numa tecnologia e metodologia centradas no estudo e experiência do discurso mediatizado em canais e suportes Audio — Video — Scripto.

Este número é o primeiro dedicado a uma destas áreas, neste caso o Audio, o que implica veiculação de mensagem através do suporte Som.

O balanço das diversas investigações justifica a opção feita para SINAL 2, número em que se dá conta de algumas experiências apresentadas num Seminário organizado pelo CETED — Centro de Estudos de Tecnologia de Ensino a Distância, Seminário este que reuniu elementos de outros centros do Instituto Português de Ensino a Distância, e teve a participação de docentes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, como é o caso do Dr. Luís Fagundes e Prof.^a Luísa Opitz.

Este Seminário, que teve lugar recentemente, resultou numa equilibrada conjugação entre teoria e prática, atingindo verdadeiro diálogo e interacção através da experiência em que todos os intervenientes participaram.

As comunicações incluídas em SINAL 2 situam-se na problemática do ensino não presencial tendo em conta o discurso oral telemediado. O conhecimento do comportamento do som neste caso, dos mecanismos da memória na operação do “transfert”, da especificidade do comportamento verbal sempre que a interacção é indirecta, da importância do ritmo no discurso audio (neste caso na poesia), todos estes conhecimentos foram reconhecidos como portadores de uma informação convergente e dinamizadora de uma pedagogia apoiada em discurso audio.

Com a publicação deste número temático pretende pôr-se em relevo a importância deste canal-suporte na comunicação e, em especial, no âmbito do Ensino a Distância, em que a interacção-indirecta exige, pela ausência do emissor humano presencial, uma pedagogia altamente específica.

NESTE NÚMERO

- 5 — A Volta do Ritmo na Poesia
- 19 — A Função Audio
- 22 — Memória e Aprendizagem
- 31 — A Voz e a Palavra
- 38 — Contributo para o Estudo do Discurso Oral
- 51 — A Informação: Percurso Simbólico
- 58 — Serviços Operacionais do IPED
- 61 — Notícias IPED
- 63 — Informação Técnica
- 64 — Estudo do Palácio Ceia

NO PRÓXIMO NÚMERO

O número três da revista SINAL — AVS inclui ensaios sobre Meios audiovisuais e ensino, Construção da imagem, Documentos autênticos e simulação do real, Avaliação.

A VOLTA DO RITMO NA POESIA

Com base em algumas considerações de ordem teórica e experimental e com a aplicação do método de Halle e Keyser (1980), procura-se fazer uma descrição da arquitectura rítmica de algumas formas métricas e estróficas típicas da poesia portuguesa.

I PERSPECTIVA HISTÓRICA

Considerando que o ritmo, entendido em abstracto, é a ordem no movimento, Platão atribui-lhe uma função educadora dos jovens, uma vez que, aliado à harmonia,

(1) tem no mais alto grau o poder de penetrar na alma e tocá-la fortemente (in *A República*, p. 97),

a ponto de o jovem a quem foi dada uma educação musical conveniente ficar apetrechado para distinguir as coisas belas das feias, louvando umas e censurando as outras. Por outro lado, dada a variedade de cadências possíveis, deve-se distinguir os ritmos que

(2) exprimem uma vida regular e corajosa (*ibid.*, p. 95)

daqueles que são lânguidos e plangentes, preferindo os primeiros aos segundos que, por serem lassos,

(3) são inúteis para as mulheres honradas e, com mais forte razão, para os homens (*ibid.*, p. 93).

Tal como se pode depreender do texto de Platão, a música grega clássica considerava três tipos fundamentais de harmonias:

a) as **plangentes**: a lídia mista e a lídia aguda, entre outras, que eram usadas em discursos de queixa e lamentação;

b) as **lânguidas** ou **lassas**: a jónica e a lídia, usadas nos banquetes;

- c) as de tipo **eufórico**, que exprimiam: a dórica, virilidade e magnificiência; e a frígia, entusiasmo dionísico.

Plutarco, muito posteriormente (in *Moralia*) ainda considerava que, sob a influência da lídia mista, a alma se entristecia e retraía (cfr. *A República*, p. 93, texto e notas).

Esta ideia que relaciona biunivocamente ritmos e sentimentos, é reforçada por Platão ao referir-se à importância do **movimento** da cadência dos ritmos, dado pela articulação de tempos breves (marcados pelo sinal **U**, “breve”) e longos (marcados por **—**, “mácron”), em que o breve é a unidade e um mácron equivale a dois breves; assim, Sócrates, personagem do diálogo com uma função maiêutica, interessado em distinguir as cadências apropriadas aos vícios das que o eram às virtudes, refere-se a Dâmon, grande autoridade em matérias musicais, a quem crê ter

- (4) vagamente ouvido pronunciar os nomes de enopliano composto (de “enople”, ritmo da marcha), dáctilo (**— U U**), heróico, mas não sei que arranjo dava a este último ritmo, em que igualava os tempos fracos e os tempos fortes e que terminava com uma breve ou uma longa. Também chamava, creio eu, a um pé jambo (**U—U—**), a outro troqueu (**—U—U**) e marcava-os com longas e breves. E, em alguns desses metros, censurava ou louvava, se bem me lembro, o movimento da cadência, não menos que os próprios ritmos — ou algo que participava dos dois (...) (ibid., p. 95).

Foi, no entanto, Aristóxeno, discípulo de Aristóteles, quem estabeleceu as primeiras leis do ritmo [in *Harmonica e Ritmica* (fragmento)], considerando que, tal como o indivíduo não é livre para dispor a seu bel-prazer das sílabas de uma palavra ou das notas de uma escala, existem **determinadas sucessões** de durações que fazem nascer a sensação de ritmo, **enquanto outras** o não conseguem; assim, Aristóxeno opõe a prosódia do verso cantado — e recorde-se que, na cultura grega, poesia, canto, dança e música, eram todas artes essencialmente rítmicas — à linguagem vulgar.

Desde muito cedo se estabeleceu, com base na etimologia, uma relação semântica entre “ritmo” (do grego “rythmos”, derivado do verbo “réo”, “deslizar”, “fluir”) e o deslizar de um líquido, através do **movimento** das ondas do mar; na cultura jónica clássica em especial, “ritmo” aparece na acepção de **forma momentânea e modificável**, bem como de **maneira particular de fluir** — sendo, de caminho, relacionado com o movimento das águas dos rios, através do qual se estabelece a relação tempo-espço (: é impossível beber duas vezes da mesma água de um rio, no mesmo lugar), fundamental para qualquer estudo do ritmo [cfr. (4)].

Embora unanimemente considerado, ao longo dos tempos, como indispensável na criação artística em geral (é costume falar-se no ritmo de um quadro, ou de um edifício, ou de uma estátua, etc.), e em particular na música e na literatura (arte em que as distinções relacionais de sons estão numa relação dinâmica com o sentido; cfr. os formalistas russos, e em especial Jirmounski (1925), Tomachevski (1929), Jakobson (1963), o conceito de ritmo tem sido objecto de vários tipos de definição. Todas elas, no entanto, se referem a um tipo de **estrutura** [cfr. (2)] determinada por uma relação espaço-tempo, como é o caso da de Delacroix (1927), que considera o ritmo como “a ordem no tempo”, ou a de Dumesnil (1949), que fala em “ordem e proporção”, de que não pode estar ausente o factor **perceptivo**: Servien (1930) introduz o conceito de “periodicidade percebida”.

3

O RITMO NA POESIA

Para que o ouvido (ou qualquer outro dos sentidos humanos) se aperceba de um ritmo, é essencial que **identifique**, de entre uma gama de estímulos, aqueles que contam na concretização desse mesmo ritmo [cfr. Servien (1930)]. Por exemplo, na poesia, o ritmo pode ser determinado ou por relações inter-verso (sistemas estrófico e ritmático, refrão, processos anafrónicos, etc.) e de tipo intra-verso (pés métricos, pausas, cesuras, acentos, assonâncias, esquemas métricos, etc.), ou por uma relação dinâmica entre os dois tipos. Cada uma destas relações pode ser considerada como um sistema rítmico, cujos elementos devem, no entanto, ser definidos antes de se proceder a qualquer estudo do ritmo. Em qualquer dos casos, os princípios gerais do ritmo, incluindo os seus fundamentos psicológicos (experimentais) [cfr. o que acima foi dito acerca do tempo enquanto índice possível de medição], estão presentes; por exemplo, num verso, as pausas podem ser concretizadas ou através dos acentos tónicos (pausas subjectivas), ou através de artifícios como a cesura (pausa objectiva) [cfr. atrás (5) para a cesura, e (6) para os acentos]. O mesmo se poderá dizer, a nível inter-verso, da rima ou da paralelística, em que a ocorrência periódica de um dado elemento (som, tom, verso integral, elemento lexical, etc.) é regulada por um tempo derivado do tempo espontâneo motor, adaptado aos objectivos do ritmo escolhido: lirismo, epopeia, etc. [cfr. atrás os tipos de harmonia da música grega clássica].

Passando da teoria à prática, vamos considerar aqui dois tipos (apenas, por razões de espaço) de sistema rítmico: a **métrica** do decassílabo heróico português e a **paralelística** das "Cantigas de Amigo" galego-portuguesas.

A MÉTRICA

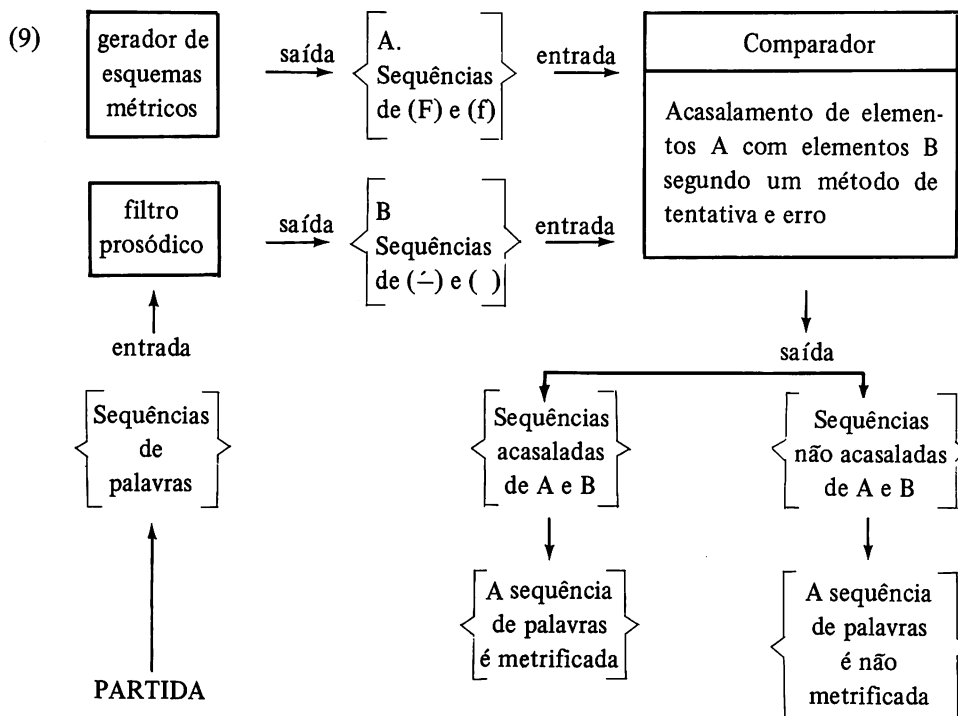
É na métrica que assenta, prioritariamente (mas não exclusivamente) o ritmo da poesia clássica e popular portuguesa, e vamos entender "métrica" como uma medição do índice duração do material fónico da língua usado na composição de um texto. Se na música o ritmo é essencialmente uma sucessão de estímulos marcados por mácras (—) e breves (u), na poesia há que se ter em conta factores característicos do material, como seja, por exemplo, o facto de a duração dos fonemas variar de língua para língua. Um outro aspecto, que vem complicar ainda mais a situação, tem a ver com a **execução** de um poema, em que o ritmo é fatalmente influenciado por factores extralinguísticos tais como, entre outros, os hábitos articulatórios do executante, ou o estilo (recitação, declamação) e a forma (canto, leitura) por ele adoptados para a execução. Se nos cingirmos às características do material linguístico, poderemos identificar vários tipos de metro [cfr. Lotz (1960)]:

- (7) **Metro puramente silábico**, em que apenas é regulado o número de sílabas no interior de um verso, cólon, ou hemistíquio; como exemplo, temos a métrica da poesia mordoviana.
- (8) **Metro silábico-prosódico**, em que além do número de sílabas, contam determinados traços prosódicos, de acordo com os quais se pode distinguir três subtipos:
 - a) metro **duracional** (quantitativo), em que a quantidade silábica é regulada em determinadas posições; é o que se passa com a poesia grega e latina clássica;

- b) metro **dinâmico** (qualitativo), em que além do número de sílabas é regulada a intensidade das sílabas que ocupam posições determinadas; é o caso da poesia portuguesa, inglesa, alemã, etc.; e
- c) metro **tonal**, em que o ritmo é dado por classes fixas de tons, com valor fonológico, como acontece na poesia chinesa clássica.

Considerando que o metro do verso pertence ao tipo (8b), convém agora que vejamos, por um lado, como é possível determinar se um verso é ou não metrificado e, por outro, o conjunto de operações que para tal são consideradas necessárias. Subjacente a qualquer metro (alexandrino, decassílabo heróico ou sáfico, redondilha menor ou maior, etc.) está um **esquema métrico abstracto**, que é uma seqüência de elementos métricos constituídos por sons **fortes** (F) e **fracos** (f). Este esquema métrico abstracto é concretizado através de uma seqüência de elementos prosódicos, ou seja, de traços de acentuação do tipo “acentuado” (—) e “não acentuado” () característicos do material fônico utilizado [note-se que, na passagem do latim às línguas românicas, por exemplo, se verificou uma conversão do sistema de acentuação quantitativo (duração) em qualitativo (intensidade); em termos de métrica, verificou-se uma conversão de um metro duracional em vários metros dinâmicos cfr. (8ab)]; para que um verso seja considerado correcto do ponto de vista métrico, é preciso que se obtenha uma correspondência entre elementos métricos e prosódicos, de modo a que a um (F) corresponda sempre um (—).

Esta teoria geral do metro é representada por Halle e Keyser (1980), através do seguinte diagrama:



e vamos exemplificá-lo através da escansão do verso de Camões transcrito em (10):

(10) O céu, a terra, o vento sossegado →

- (17)
- | | |
|--|--|
| $\begin{array}{cccccccccc} f & \left. \begin{array}{c} F \\ f \end{array} \right\} & f & f & f & F & f & f & f & F & (f) \\ & & & & & & & & & & \\ - & \cup & - & \cup & \cup & \cup & - & \cup & \cup & - & \cup \end{array}$ | – esquema métrico abstracto do decassílabo heróico
– esquema prosódico de (15). |
|--|--|

Como claramente se vê, nem sempre a um (F) corresponde um (–), razão pela qual o verso não é um decassílabo heróico.

Se, segundo o mesmo método, compararmos (16) com o esquema métrico abstracto do decassílabo sáfico

- (18) f f f F f f f F f F (f),

obteremos idêntico resultado, e poderemos então concluir que (15) é um verso não metrificado, cujo ritmo será dado por outro tipo de relação que não o da métrica.

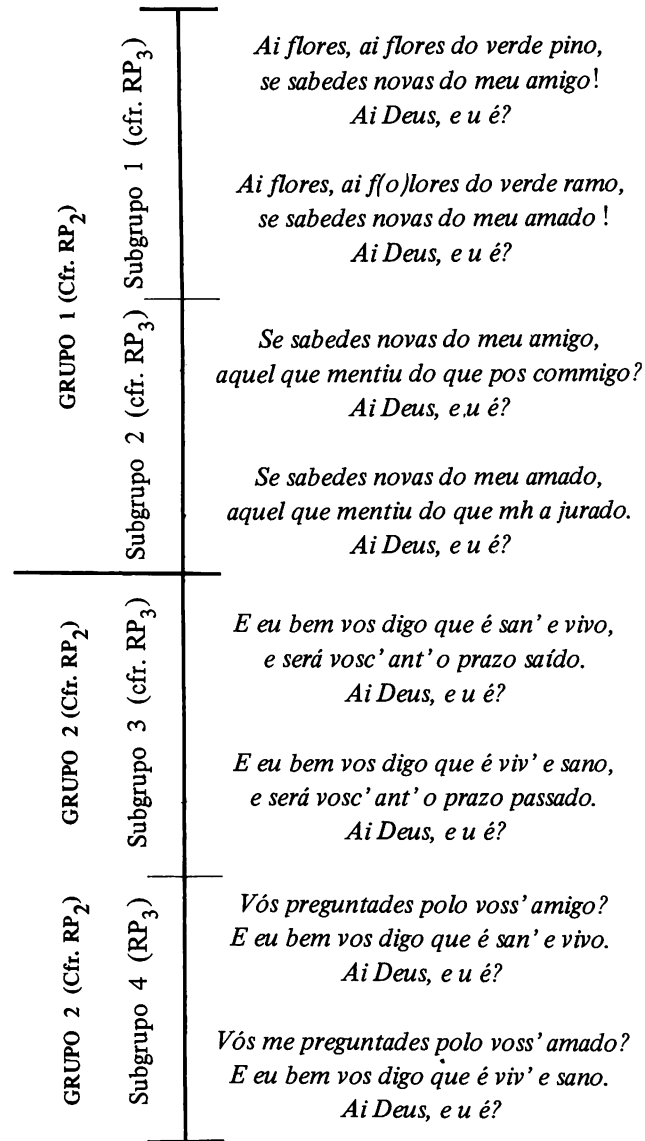
A teoria esboçada em (9) é igualmente válida para qualquer tipo de metro.

A PARALELISTICA

Como já foi dito, o ritmo de um poema pode basear-se em relações inter-verso, ultrapassando portanto o nível do verso e concretizando-se, por exemplo, através do sistema estrófico. É o que acontece com a paralelística, muito frequente nas cantigas de amigo galego-portuguesas, para a qual o gerador de sistemas estróficos abstractos postula as seguintes regras paralelísticas (RP) geradas pelo filtro prosódico adequado:

- (19) RP₁: As composições devem ter número par de dísticos (o refrão, ainda que obrigatório não é considerado para efeitos de ritmo a este nível).
- RP₂: (facultativa): Os dísticos podem relacionar-se, com base no conteúdo, de modo a constituírem grupos formados por um número (n) de dísticos múltiplos de 2 (n = 4, 6, ...).
- RP₃: Os dísticos devem relacionar-se, com base no conteúdo, de modo a constituírem subgrupos de 2 dísticos.
- RP₄: Dentro de cada subgrupo deve haver uma semelhança semântica (–) dos versos pares entre si e dos versos ímpares entre si.
- RP₅: Dentro de cada grupo, cada verso ímpar deve ser exactamente igual ao que o antecede em 3ª posição. No caso de não aplicação de RP₂, esta regra é válida para a composição no seu conjunto.

Uma vez conhecidas as regras prosódicas da paralelística, poderemos submeter-lhes a célebre cantiga de D. Dinis transcrita em (20):



[in Henry R. Lang, *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*, 1894, Max Niemeyer, Halle]

Verificamos que as RP₁₋₃ são plenamente aplicáveis: a cantiga tem oito dísticos; como se trata de uma cantiga dialogada, deparamos com dois grupos de quatro dísticos cada, consistindo um grupo na fala da donzela, e o outro na resposta que lhe é dada pelo interlocutor; dentro de cada grupo, são definidos dois subgrupos de dois dísticos cada. A RP₄ também tem aplicação: v1~v3, v2~v4 (subgrupo 1); v5~v7, v6~v8 (subgrupo 2); v9~v11, v10~v12 (subgrupo 3); v13~v15, v14~v16 (subgrupo 4). No que diz respeito a RP₅, temos: v7=v4, v5=v2 (grupo 1); v15=v12, v13=v10 (grupo 2).

Uma vez que (20) satisfaz em pleno as RP_{1-5} , concluímos que se trata de uma cantiga de paralelística perfeita.

Vejamos agora o que se passa com a cantiga de Pero Meogo transcrita em (21)

(21)	Subgrupo 1 (cfr. RP_3)	– Digades, filha, mha filha velida, por que tardastes na frontana fria? – Os amores ey.
		– Digades, filha, mha filha louçana, por que tardastes na fria fontana? – Os amores ey.
	Subgrupo 2 (cfr. RP_3)	– Tardey, mha madre, na fõtana fria, cervos do monte a augua volviã. Os amores ey.
		– Tardey, mha madre, na fria fontana, cervos do mōte volviã a augua. Os amores ey.
	Subgrupo 3 (cfr. RP_3)	– Mentir, mha filha, mentir por amigo, nunca vi cervo que volvesse o rrio. – Os amores ey.
		– Mentir, mha filha, mentir por amado, nunca vi cervo que volvesse' o alto. Os amores ey.

[in J. J. Nunes, *Cantigas d'Amigo (...)*, Coimbra, 1926 - 28]

Aqui, podem ser aplicadas as $RP_{1,3}$: a cantiga tem seis dísticos, agrupáveis dois a dois; quanto à RP_2 , não pode ser aplicado, o que, dada a sua condição de facultativa, não é relevante. A RP_4 já é aplicável: $v1\sim v3$, $v2\sim v4$ (subgrupo 1); $v5\sim v7$, $v6\sim v8$ (subgrupo 2); $v9\sim v11$, $v10\sim v12$ (subgrupo 3). No que diz respeito à RP_5 , verificamos que ela não é respeitada: $v5\neq v2$, $v7\neq v4$, $v9\neq v5$ e $v11\neq v8$ – o que, por si só, basta para que se considere (21) como uma cantiga de paralelística imperfeita.

4 O ESTUDO DO RITMO PARA USO LINGUISTICO

O estudo do ritmo da poesia não diz respeito apenas à poética e à estilística; pelo contrário, pode fornecer-nos informações de ordem linguística que poderão servir, por exemplo, para a reconstituição de aspectos particulares de fases passadas da evolução da língua.

Com efeito, dadas as características gerais das leis do ritmo (emanação do tempo espontâneo motor humano; periodicidade na ocorrência dos estímulos, simples ou agrupados segundo esquemas abstractos; canalização da percepção para um sentido especializado — na poesia, tal como na música, preferentemente o ouvido; etc.), é possível, uma vez definidas com rigor as regras prosódicas, determinar aspectos do material linguístico usado, tais como, por um lado, a duração e o ponto de articulação dos fonemas, e, por outro, a individualidade ou debilidade dos mesmos, nomeadamente em situação de encontros vocálicos intra ou intervocabulares, em que resta ainda por resolver o problema de se saber qual a solução adoptada (elisão ou hiato), preferentemente, no português medieval. Vejamos alguns exemplos que, não sendo porventura dos mais representativos, podem no entanto ilustrar escorreitamente a teoria que tem vindo a ser esboçada.

O *Cancioneiro*, de Martin Codax, pequeno embora no número de composições (apenas sete), é extremamente rico de um ponto de vista rítmico, e nele se concretizam vários esquemas métricos abstractos, de entre os quais isolaremos:

- O do *bitetrassílabo* (eneassílabo composto por dois tetrassílabos, com cesura átona), e que parece estar bem representado nos dísticos da Cantiga V:

(22)

*Quantas sabedes amar amigo
treydes comig' a lo mar de Vigo:
E banhar-nos-emos nas ondas!*

*Quantas sabedes amar amado
treydes comig' a lo mar levado:
E banhar-nos-emos nas ondas!*

*Treydes comig' a lo mar de Vigo
e veeremo'lo meu amigo:
E banhar-nos-emos nas ondas!*

*Treydes comig' a lo mar levado
e veeremo'lo meu amado:
E banhar-nos-emos nas ondas!*

[in Celso Cunha (1956)]

pelas características internas e externas que apresenta mas que não interessa abordar aqui, é a que faz fé contra as versões divergentes dos Cancioneiros da Biblioteca Nacional e da Vaticana, apresenta com elisões do tipo de:

- (28) a) Mandad ei comigo (v. 1)
 b) Comig' ei mandado (v. 3)
 c) Ca ven viv e sano (v. 11)
 d) E irei madr a Vigo (refrão)

impostas por força da aplicação da regra (12), como se pode ver através da escansão de (28^a) (e o mesmo se poderia fazer com os restantes versos):

- (29)
- | | |
|---|---|
| Mandado ei comigo | – sequência inicial de palavras |
| $\begin{array}{ccccccc} & & & & & & \\ \cup & \acute{ } & \cup & \acute{ } & \cup & \acute{ } & \cup \\ & & & & & & \\ & & \emptyset & & & & \\ & & & & & & \\ \cup & \acute{ } & \acute{ } & \cup & \acute{ } & \cup & \cup \\ & & & & & & \\ f & F & F & f & F & (f) & \end{array}$ | – pela RgFP |
| Mandad ei comigo | – correspondência entre o esquema prosódico de (28 ^a) e o esquema métrico abstracto da redondilha menor |
| | – verso metrificante correcto (= realização adequada do esquema métrico), |

é-nos permitido afirmar que não só existe um esquema métrico geral subjacente, como também a sua aplicação é determinada por uma regra igualmente geral, que é rigidamente respeitada a ponto de a vogal elidida não ter **representação gráfica** (ao contrário do que se passa atrás em (13), em que a vogal elidida é representada graficamente). Se procedermos do mesmo modo com (28^d), teremos:

- (30)
- | | |
|---|---|
| E irei madre a Vigo | – sequência inicial de palavras |
| $\begin{array}{ccccccc} & & & & & & \\ \cup & \cup & \acute{ } & \acute{ } & \cup & \cup & \acute{ } & \cup \\ & & & & & & & \\ & & \emptyset & & & & & \\ & & & & & & & \\ \cup & \acute{ } & \acute{ } & \cup & \acute{ } & \cup & \cup & \cup \\ & & & & & & & \\ f & F & F & f & F & (f) & & \end{array}$ | – pela RgFP |
| irei madr a Vigo | – correspondência entre o esquema prosódico de (28 ^d) e o esquema métrico abstracto da redondilha menor |

Embora correctamente formado em termos de métrica, o verso aparece truncado depois de escandido; a elisão da conjunção copulativa provoca alterações sintácticas e semânticas inaceitáveis. No entanto, se aplicarmos à RgFP uma restrição do tipo:

(31) Quando a vogal prepositiva for a conjunção copulativa ‘e’, não poderá ser elidida: ou mantém a sua individualidade silábica, ou entra em ditongação com a vogal seguinte (sinalefa), já teremos:

(32)

E	irei	madre	a	Vigo	– sequência inicial de palavras
∪	∪	∪	∪	∪	
∪	∪	∪	∪	∪	– pela RgFP, com restrição
∪	∪	∪	∪	∪	
f	F	F	f	F (f)	– correspondência entre o esquema prosódico (modificado) de (28 ^d) e o esquema métrico abstracto da redondilha menor
E	irei	madr	a	Vigo.	

Este processo de escansão mostra que (28^d) pode ser um verso de redondilha menor correctamente formado, o que vem contrariar as lições de Celso Cunha (1956); teorização do encontro “E + vogal” em (1950) e de Tavani (1967), que o consideram um hexassílabo. Esta observação, ultrapassando os aspectos meramente métricos, pode ser mais um argumento entre outros a favor da confirmação da hipótese de que, no português medieval, os encontros vocálicos intervocabulares eram resolvidos preferentemente por elisão ou por ditongação [sobre este assunto, com outras conclusões largamente documentadas, veja-se Celso Cunha (1950) e (1960)].

Segundo Paul Zumthor (1982), “fondamentalement, la poésie orale n’a de règles que prosodiques (...). Le rythme est sens, intraduisible en langue par d’autres moyens”. Esta asserção, que de resto confirma a de Celso Cunha (1956) citada mais acima, é perfeitamente aplicável às Cantigas de Amigo galego-portuguesas, que nunca deveriam ser abordadas sem se ter na devida conta o facto de terem sido feitas para serem cantadas e não lidas (ou ditas). De facto, e tal como já foi referido mais atrás, cada execução (recitação, declamação, dicção vulgar, etc.) de um texto poético dá origem a um sistema rítmico próprio que, inscrevendo-se no nível auditivo segundo da língua, é praticamente impossível de ser controlado ou padronizado.

De um modo diferente do postulado por Platão [: “obrigaremos a cadência e a melodia a adequarem-se às palavras, e não as palavras à cadência e à melodia” (op. cit., p. 95)], existe uma adequação perfeita e mútua entre cadência e palavras na poesia cantada de raiz popular, de tal modo que produzindo-se as segundas se reproduzirá, de certo modo, a primeira. É evidente que, para que isso aconteça, é preciso conhecer-se as características do material linguístico, e reproduzi-lo, elemento a elemento, de acordo com os tempos de sucessão e os traços de intensidade com que foi acareado inicialmente; ou então, conhecer-se esses aspectos melódicos para se obter informações acerca do material linguístico.

Dado que a única notação musical medieval conhecida para as cantigas galego-portuguesas é a que, em PV, acompanha seis das sete cantigas de Martin Codax, aguarda-se que dela seja feita uma transcrição moderna rigorosa [Fernández de la Cuesta (1982) fornece uma transcrição das figuras agrupadas por sílabas, mas desprovidas dos respectivos

valores rítmicos que, se bem que pouco visíveis e de interpretação duvidosa, constam seguramente do manuscrito] que dê indicações seguras acerca dos valores exactos de medida do tempo de execução (e recorde-se que a notação musical, enquanto sistema de representação temporal, é exacta, ao contrário dos sistemas gráficos, e sobretudo da relação grafema-fonema, que o não são), para assim se evitar ao máximo as interferências do tempo espontâneo motor do executante no tempo do texto por ele reproduzido, e bem assim colmatar os “erros” de leitura (entenda-se “de articulação”) derivados do facto de, ao longo dos tempos, se terem verificado alterações na relação sistema gráfico-sistema fonológico da língua.

Assim, concluiremos que, numa perspectiva exclusivamente linguística, o ritmo musical de uma cantiga (ou de qualquer outro texto regulado por um ritmo sonoro) terá desempenhado uma função de metrónimo não determinista na primitiva articulação do material fónico, razão por que deverá ser tido em boa conta sempre que se pretender estudar a evolução de uma língua.●

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Amorim de

1974 - *Tratado de verificação portuguesa*, Edições 70, Lisboa.

CUNHA, Celso

1950 - *À margem da poética trovadoresca: o regime dos encontros vocálicos interverbais*, Rio de Janeiro [recolhido sob o título “Hiato, sinalefa e elisão na poesia trovadoresca”, in Celso Cunha (1982)];

1956 - *O Cancioneiro de Martin Codax*, Rio de Janeiro;

1960 - “Novas observações sobre o hiato na antiga versificação galego-portuguesa”, in *Ibérica*, n.º 4, Rio de Janeiro [recolhido in Celso Cunha (1982)];

1982 - *Estudos de versificação portuguesa (Séculos XIII a XVI)*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris.

DELACROIX, H.

1927 - *Psychologie de l'Art*, Paris.

DUMESNIL, R.

1949 - *Le rythme musical*, Paris.

FERNÁNDEZ DE LA CUESTA, Ismael

1982 - “Les Cantigas de Amigo de Martin Codax”, in *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 3 - 4 Juillet-Décembre 1982, Université de Poitiers, Poitiers.

FRAISSE, Paul

1956 - *Les structures rythmiques*, Louvain.

HALLE, M. e KEYSER, S. J.

1980 - “Metrica”, in *Enciclopedia Einaudi*, vol. IX, Torino. (Trad. port. “Métrica”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 2, IM/CM, Lisboa, 1984).

* LUIZ FAGUNDES DUARTE

Licenciatura em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

JAKOBSON, R.

1963 - “Linguistique et Poétique”, in *Essais de Linguistique Générale*, Paris.

JIRMOUNSKI, V.

1925 - *Introduction to metrics. The theory of verse*, The Hague, 1966.

LOTZ, John

1960 - “Metric typology”, in Sebeok, Th. (Ed.), *Style in Language*, MIT Press, Cambridge Mass., 7ª edição, 1978.

NARO, Anthony

1973 - “Da métrica galego-portuguesa”, in *Estudos Diacrónicos*, Petrópolis.

PLATÃO

A República, Tradução e notas de Sampaio Marinho, Publicações Europa-América, Lisboa, 1975.

SERVIEN, P.

1930 - *Les rythmes comme introduction physique à l'Esthétique*, Paris.

TAVANI, Giuseppe

1967 - *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*, Edizioni dell'Ateneo, Roma.

TOMACHEVSKI, B.

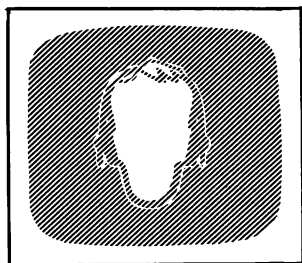
1929 - *Théorie de la littérature*, Paris, 1965.

ZUMTHOR, Paul

1982 - “Le rythme dans la poésie orale”, in *Langue Française*, n.º 56, Paris.

ENSINO A
DISTÂNCIA

O conjunto de meios técnicos ao serviço do ensino não pode ignorar, hoje, a perspectiva de Mac-Luhanem que a civilização é reduzida à influência maciça dos mass media. Embora se aceitem as críticas ao que de exagerado envolve a teoria mac-luhanista, convenhamos que a separação entre a aula e a vida tende a aprofundar-se, o caso de se continuar a privilegiar, como suporte didáctico único, o texto escrito. As possibilidades oferecidas pela tecnologia no domínio dos multi-media vêm-se limitadas por razões de ordem económica e funcional, quer no que respeita às escolas, quer no que concerne ao apetrechamento do professor por si próprio. Assim, serão os meios sonoros, nomeadamente o disco, o rádio e sobretudo o gravador que detêm o privilégio metodológico e prático no ensino das línguas vivas. Sobre eles nos deteremos.

A FUNÇÃO
AUDIO

VIRTUALIDADE DO TEXTO SONORO

Partindo da análise, em etapas sucessivas, de acto de aprendizagem, salientemos algumas das vantagens do recurso a este meio didáctico:

- a motivação interna e externa do aluno é solicitada por um processo que introduz variedade na aula, e que o confronta com um discurso autêntico, veiculado por um terceiro interveniente, num espaço habitualmente reservado ao binómio professor/aluno;
- a mensagem transmitida duma forma diversa predispõe a uma maior receptividade por parte do aluno, independentemente das vantagens dum eventual fundo musicado, ou ruído ambiental, que reforça a situação de comunicação;

- acrescente-se ainda a importância de, mesmo por breves instantes, professor e alunos se posicionarem de forma idêntica, como receptores e decodificadores.

Passando para além do aspecto da motivação, que não se pretende apenas inicial, analisemos outros aspectos:

- O modelo oferecido ultrapassa o "faz de conta", a simulação a que o professor ou os alunos são obrigados e, logo, tem mais possibilidades de adesão, pela veracidade que veicula, quer em variedades regionalistas, quer em diferentes registos de discurso.
- Tem ainda o valor de se apresentar como modelo de dicção e de pontuação; permite distinguir acento intelectual ou afectivo; possibilita a captação do ritmo e débito duma sequência ou encadeamento frásico; pode, finalmente, apresentar-se como modelo de expressividade. →

O texto sonoro, para além de ser usado como modelo, ou como exemplo, pode ainda contribuir para uma auto-correcção, e auto-avaliação, através da gravação dos textos produzidos pelos alunos, ou por estes reproduzidos em forma de leitura.

Acrescente-se que nenhuma outra forma de transmissão do texto permitirá distinguir as marcas de oralidade, e possibilitar o confronto das diferenças entre o oral e o escrito.

E prestará uma contribuição valiosa na aula de línguas, se atentarmos que uma competência linguística se não adquire apenas pela prática da escrita, ou da leitura, ou da oralidade, mas que há uma interpenetração de capacidades e de competências, em que o oral enriquece o escrito, e em que a inversa é também verdadeira.

ANTOLOGIAS SONORAS

Por estas razões sumariamente enumeradas, e pelas dificuldades sentidas no acesso a materiais sonoros, facilmente utilizáveis, pensámos realizar um trabalho de pesquisa, investigação e análise do material áudio disponível para o ensino – aprendizagem da Língua Portuguesa.

Numa primeira fase recolheu-se, na medida do possível, o material existente em instâncias oficiais (ITE) e no mercado, material que se traduz em discos e cassetes com textos não-literários e literários de autores portugueses.

Seguidamente fez-se a audição do material recolhido e elaborou-se, após várias tentativas de acerto, numa ficha de registo que pretende integrar uma apreciação tão objectiva e completa quanto possível, e ainda conter, embrionariamente, pistas de utilização didáctica (vd. documento 1, em anexo).

Foi necessário localizar os textos nas obras dos vários autores, reconstituí-los, anexar, assim, a cada disco ou cassete, o registo escrito do texto, imprescindível para a utilização didáctica do documento sonoro.

Na prática, o trabalho revela-se demasiado ambicioso, de realização lenta e continuamente inacabado. Há que fazê-lo por etapas sucessivas, deixando hoje o que se começou ontem, retomando mais tarde o que se interrompeu.

Umaz vezes faltam os livros – alguns documentos reproduzem textos de autores minimamente conhecidos; outras vezes são as referências que estão erradas e exige-se todo um trabalho de laboriosa pesquisa.

A nossa pretensão consiste em criar um *Corpus* de antologias sonoras que possibilite uma localização eficiente do que cada professor pode dispor para utilização nas suas aulas.

As antologias deverão constituir-se com base em textos literários de autores representativos da literatura portuguesa, mas também integrar textos autênticos, não-literários, exemplificativos de vários tipos de discurso, variedades regionais e sócio-profissionais.

Os objectivos visados serão múltiplos:

- abranger os vários níveis de ensino (secundário, médio, superior);
- contemplar vários tipos de alunos (jovens, adultos, invisuais, etc.);
- responder às necessidades dos vários tipos de ensino (presencial, a distância);
- corresponder às implicações metodológicas da didáctica do Português, língua-materna e língua-estrangeira.

IMPLICAÇÕES DIDÁCTICO-PEDAGÓGICAS DA UTILIZAÇÃO DO DOCUMENTO SONORO: ASPECTOS PRÁTICOS

A leitura de textos didácticos, em simultâneo com audições repetidas, confirmou-nos ideias já pressupostas no início do trabalho. Subscrevemos, mais do que nunca, a afirmação de Porcher de que se aprende a comunicar comunicando, mas ainda que se aprende a ler, a escrever, ouvindo e/ou ouvindo-se. Como exemplificação desta perspectiva, propõe-se uma leitura atenta do texto seguinte.

Sugere-se uma leitura adequada ao tipo de discurso, seguida de audição do mesmo texto lido por um declamador profissional, Mário Viegas (in *Palavras Ditas*, disco Orfeu Stat, Arnaldo Trindade).

Tempo

Hoje, situação do tempo em Portugal Continental:

O céu estava geralmente muito nublado, o vento era fraco a moderado e predominava a Oeste; caíam aguaceiros em vários locais.

Temperaturas extremas: Monte Estoril, máxima, 16; Penhas da Saúde, mínima, 7.

Previsão geral até às 24 horas de amanhã: aguaceiros alternando com abertas; possibilidade de trovoadas em especial nas regiões montanhosas; vento fraco ou moderado predominando de Noroeste.

Amanhã o Sol nasce às 8 h e 25 m; ocaso às 19 h e 17 m.

in *Palavras Ditas*, Mário Viegas
disco Orfeu Stat, Arnaldo Trindade

Propõe-se uma reescrita do texto de acordo com as pausas, entoação e inflexões de declamador. E ainda a notação das significâncias conseguidas, das conotações consequentes dum leitura que contraria, até subverter por completo, a finalidade do discurso escrito. Mário Viegas "poetiza" um texto informativo.

O efeito aqui é similar, no sentido inverso, ao que se produz, quando se não sabe adequar as inflexões, o tom, ao tipo de discurso. O que acontece, particularmente, na leitura de um texto poético, que vive essencialmente da sugestão por meio de sonoridades, da exploração do ritmo, da rima, da sua musicalidade, em suma.

A este propósito, sugere-se a audição de mais um texto que nos parece elucidativo. Trata-se de um texto literário. "Hino à Minha Terra", de Amélia Vilar (in *Palavras Ditas*, Mário Viegas, disco Orfeu Stat Oll, Arnaldo Trindade), cuja mensagem é destruída por uma declamação deliberadamente infantilizada.

Estes dois exemplos parecem-nos claros sobre a possibilidade de sugerir por meio da reprodução sonora dum texto ou de destruir por meio dum leitura inadequada.

No número 175 da revista "Le Français Dans le Monde", *La classe de français autrement*, Février-Mars, 1983, vários artigos são dedicados a uma exploração extrema do som na aula de língua. Trata-se da sugestopedia e refere-se à importância da leitura dum extracto, em ritmos diferentes, pelo professor, enquanto os alunos o seguem através do texto escrito, havendo como fundo um trecho de música clássica. A diferença de ritmos de leitura possibilita, pela comparação, a percepção do ritmo exacto e, portanto, da significação correcta.

Mas para além desse aspecto linguístico, o autor, ou autores dos vários artigos, salientam que "a música clássica, pré-clássica ou barroca tem características próprias e principalmente um ritmo de 60 a 72 tempos fortes por minuto (ou múltiplos ou submúltiplos), ritmo muito aproximado do bater do coração e que se alia ao ritmo biológico, criando um elo entre o corporal e o afectivo".

Este exemplo extremo colhido na sugestopedia vai muito para além dos projectos que antevemos, mas permite-nos concluir que o documento sonoro, para além dum exploração a nível linguístico específico, predispõe a uma maior abertura ao acto de aprendizagem e abre perspectivas, a não desprezar, aos que nele intervêm. Para terminar, pensamos que a organização de conjuntos antológicos — documento sonoro, texto acompanhativo — pode ser útil para um mais fácil manuseamento por parte de professores e estudantes da Língua Portuguesa, em qualquer tipo e nível de ensino.

Em ensino presencial, bastará a gravação do texto

pretendido na cassete, de fácil manipulação e utilização prática.

Noutros tipos de ensino, as implicações são sensivelmente as mesmas e poderão evitar dispêndios de tempo e de verbas.

No ensino presencial, a todos os níveis, os professores de línguas sabem a dificuldade com que se confrontam ao terem que requisitar aparelhos, discos, cassetes.

Parece, pois, da maior oportunidade, que estas antologias sonoras passem a fazer parte do material próprio de cada professor, em igualdade com o livro ou o texto policopiado que sempre o acompanham na aula.

Nesta linha deixaríamos o apelo para que alguns destes conjuntos antológicos (documento sonoro — texto acompanhativo), já existentes no IPED, possam ser postos ao serviço dos professores, contribuindo, assim, para um mais fácil e frequente contacto com o documento autêntico. ●

●
* MARIA AUGUSTA REIS

Ex-colaboradora do IPED. Professora do Ensino Secundário.

* MARIA ODETE PORTO

Ex-colaboradora do IPED. Professora do Ensino Secundário.

●

BIBLIOGRAFIA

- CAZENEUVE, Jean — *Guia alfabético da comunicação de massas*, 1970.
- CLOUTIER, Jean — *A era de Emerec*, Montréal, 1975. (Tradução do ITE).
- GALISSON, Robert — "La résistible émergence de la suggestion en pédagogie" in *Le Français dans le Monde*, n.º 175, Fev.-Março,
- LAGARDE, J. P. e Outros — *Apprentissage linguistique et communication*, CLE International, Paris, 1978.
- MESCHONNIC, Henri e Outros — *Le rythme et le discours*, in *Langue Française*, n.º 56, Dez., 1982.
- PORCHER, Louis; MARGERIE, Charles de — *Des media dans les cours de langue*, CLE, International, Paris, 1981.
- SAFERIS, Fanny — "Au plaisir des profs.: l'approche suggesto-pédique", in *Le Français dans le Monde*, n.º 175, Fev.-Março, 1983.

MEMÓRIA E APRENDIZAGEM

UMA PERSPECTIVA HUMANA

A preparação do "pacote" para o curso Áudio, baseou-se numa perspectiva psicológica que considera o ser humano como um interveniente activo na relação que necessariamente estabelece com o seu meio.

Para compreendermos a sua participação activa e porque ela é activa, é necessário percebermos o seu comportamento cognitivo, isto é, de que forma o ser humano recebe e utiliza as informações/estímulos que lhe são passadas pelo meio. A experiência diz-nos que um ser humano se apercebe do que o rodeia, acumula conhecimentos, reconhece, faz referências, age intencionalmente, sente, decide, etc., isto é, exterioriza uma grande variedade de comportamentos que indicam uma considerável e complexa capacidade intelectual.

Sem querer menosprezar a importância da afectividade e dos sentimentos no comportamento cognitivo, a nossa intenção irá recair principalmente na apreciação das componentes e de alguns processos do sistema cognitivo, na sua interligação e funcionamento. Isto porque nos interessa reflectir sobre como otimizar a aprendiza-

gem através de um ensino a distância fornecido pelo meio auditivo. Nestas circunstâncias, parece-nos do maior interesse fazer algumas considerações sobre o possível funcionamento do sistema cognitivo, desde a percepção da mensagem auditiva à sua assimilação e portanto aprendizagem.

Por já ter sido referida numa comunicação anterior, não vamos examinar a Percepção em pormenor. No capítulo I vamos referi-la apenas na ligação que estabelece com a Memória. Consideraremos a Memória enquanto estrutura e processo; abordaremos o problema da representação dos conhecimentos verbais na Memória, isto é, os conhecimentos adquiridos através da Linguagem, ela também registada na Memória.

No capítulo II apresentaremos um resumo das experiências levadas a cabo pelos participantes no curso e a sua relação com o modelo cognitivo apresentado no capítulo I. Apresentaremos também modelos dinâmicos de aprendizagem, baseados nos pressupostos das teorias propostas sobre a representação na Memória e a sua organização.

No Apêndice, incluiremos o quadro sinóptico que foi transformado em programa de rádio pelos três grupos em que foram divididos os participantes na sessão prática, juntamente com o material que lhes foi distribuído antes da sessão.

1

O SISTEMA COGNITIVO

Poderemos considerar o sistema cognitivo como o sistema altamente complexo que permite aos seres humanos levar a cabo todo o tipo de tarefa intelectual a partir dos estímulos que recebem do exterior.

Para levar a cabo estes trabalhos o sistema precisa de duas componentes principais: a percepção e a memória.

A percepção é a componente do sistema que estabelece a ligação do exterior com o interior do organismo. A memória, por seu lado, é necessária para registar e processar as informações captadas pela percepção. Na verdade, sem a memória o organismo não teria a capacidade de conhecer e reconhecer o mundo em que vive. Este apresentar-se-ia sempre novo e imprevisível.

Para além das duas componentes básicas teremos a referir alguns processos de que o sistema cognitivo se serve para levar a cabo várias actividades intelectuais.

Interessa-nos salientar dois desses processos, nomeadamente, a compreensão linguística e a aprendizagem. Estes dois processos são importantes pois representam o tipo de actividade intelectual que os alunos terão de exercer ao ouvirem os programas áudio preparados por nós.

Deste modo poderemos apresentar o sistema cognitivo da seguinte maneira:

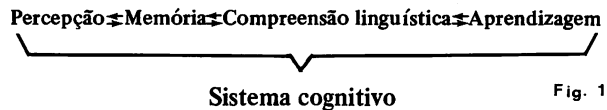


Fig. 1

O que é importante realçar nesta forma esquemática e linear é a direcção das setas. As quatro componentes/processos estão ligados por setas nos dois sentidos, significando a sua íntima relação e interacção.

2

PERCEPÇÃO E MEMÓRIA

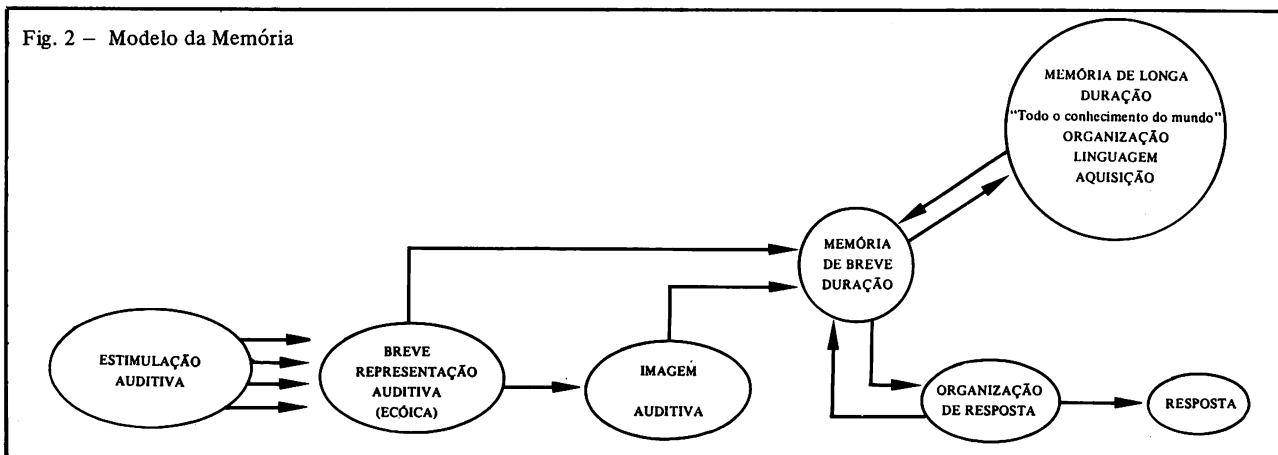
“Dizer que é sempre através da percepção dos sentidos que aprendemos a existência dos objectos é equivalente a dizer que de Nova Iorque a Londres se chega de autocarro, quando o que queremos dizer é que se vem de avião até ao aeroporto e se toma daí o autocarro para Londres”

Jaakko Hintikka (1973)

Espero que a citação ajude a situar o problema da relação entre a percepção e a memória.

A percepção é sempre enquadrada pela memória, quer isto dizer que sem a memória não “percebemos”. Por outro lado, sem a percepção não podemos alimentar, modificar e alargar a memória.

Poderemos representar a relação entre percepção auditiva (neste caso a que mais nos interesse) e memória da seguinte maneira:



Sugiro a seguinte leitura da figura:

- 1º passo: — somos “bombardeados” por estímulos auditivos — (seleccionamos um — não nos vamos referir aqui ao processo de selecção e de atenção embora o devamos mencionar).
- 2º passo — mantemos durante brevíssimos instantes a representação ecóica* desse estímulo e poderemos formar uma imagem auditiva.
- 3º passo — passamos essa informação para a memória de breve duração, onde se mantém durante alguns segundos.
- 4º passo — passamos a informação à memória de longa duração onde estão “contidos” todos os nossos conhecimentos.
- 5º passo — se precisamos de dar resposta ao estímulo, passamos a informação/resposta para a memória de curta duração.
- 6º passo — organizamos a resposta de acordo com a informação/resposta mantida na memória de curta duração.
- 7º passo — exteriorizamos a resposta.

Quando nos perguntam se o animal que vai a passar na rua é um cão, seguimos o percurso acima sugerido. Quando não temos dúvidas e respondemos prontamente “sim”, fazemo-lo quase imediatamente a seguir à pergunta. No entanto tivemos que receber a mensagem, mantê-la na memória de breve duração, enviá-la à memória de longa duração onde a comparámos com a descrição de cão lá retida. O resultado da comparação permitiu-nos dizer “sim”. No entanto, para respondermos afirmativamente, tivemos que seleccionar da memória a palavra correcta.

No esquema postulam-se dois tipos de memória, isto é, memória de curta duração e memória de longa duração. Optámos por esta divisão, seguindo o modelo da teoria do processamento de informação (Lindsay & Norman 1972), Athinson & Shiffrin 1968) por fornecer uma referência conceptual adequada, se bem que incompleta (Baddeley & Hitch 1974).

A subdivisão da memória em memória de curta e longa duração assenta em considerandos empíricos e experimentais. Por exemplo, se nos dão um número de telefone, geralmente, conseguimos retê-lo o tempo suficiente para conseguir a ligação. Se conseguimos a ligação não há problemas. Mas se a linha estiver impedida e tivermos que voltar a marcar o número, podemos ter grande dificuldade em nos lembrarmos perfeitamente da sequência dos algarismos.

Por outro lado, se nos interessa “decorar” um número de telefone temos de fazer um certo esforço, isto é, repetimo-lo várias vezes até a sequência ficar retida. Já não nos esquecemos dele com a mesma facilidade, especialmente se o tivermos que usar frequentemente.

Portanto, ao falarmos de Memória não queremos propor que ela seja unitária. Pelo contrário, a capacidade geral de retenção a que damos o nome genérico de Memória subdivide-se em memórias especializadas de acordo com a tarefa intelectual que o organismo pretende levar a cabo. A subdivisão sugerida não implica necessariamente diferenciação anatómica no córtex, mas implica, sem dúvida, diferenças estruturais e processuais.

Sabemos que a aquisição de conhecimentos está dependente de modificações estruturais ou químicas que se operam no córtex e que tanto o reconhecimento de estímulos recebidos do exterior como as actividades de reflexão e a evocação de conhecimentos já adquiridos, são mediados por impulsos eléctricos. Pretendemos portanto, salientar que só através de uma modificação químico-estrutural profunda poderá ficar registada na memória durante muito tempo, qualquer informação recebida do exterior que seja necessário reter, ao contrário do que acontece com o registo superficial da informação de que não precisamos.

Voltando ao nosso exemplo, poderemos, pois sugerir, que a repetição do número provocou uma modificação químico-estrutural na memória sendo este registo recuperado através de estimulação sempre que o queiramos evocar.

Há outro aspecto da figura 2 sobre o qual desejo debruçar-me. Dentro do círculo da memória de longa duração, encontra-se a frase “todo o conhecimento do mundo”, seguida pelas palavras: organização, linguagem e aquisição. Com a expressão “todo o conhecimento do mundo” queremos dizer que na memória de longa duração se encontram todos os conhecimentos que possuímos, incluindo a própria linguagem verbal.

Para dar uma pálida ideia da complexidade do sistema da memória verbal, notemos o que nos diz Leont'ev (1973, p. 85) sobre a quantidade e diversidade de informação que temos de recordar para dizermos uma frase. Precisamos da:

1. "Memória situacional" que nos permite reagir sem ambiguidade à repetição do mesmo conjunto de factores externos que determinam a nossa resposta verbal;
2. retenção dos componentes da resposta verbal em memória enquanto ela é processada;
3. recuperação do plano ou programa da resposta verbal;
4. recuperação do conteúdo da resposta verbal;
5. recuperação da forma da resposta verbal;
6. recuperação das estruturas gramaticais;
7. recuperação das construções verbais estereotipadas;
8. recuperação das sequências sonoras.

Quando ouvimos uma frase, executamos os mesmos processos, comparando a informação ouvida com os conhecimentos que temos em memória e que nos vão permitir compreender ou não a frase.

Se é esta memória de longa duração ou semântica que tem capacidade para reter todos os nossos conhecimentos, como estão estes organizados e como são eles alargados, ou seja, adquiridos?

3

ORGANIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS

"Perceber o significado duma coisa, dum acontecimento, ou duma situação, é vê-la nas suas relações com outras coisas: notar como age ou funciona, que consequências se registam a partir dela, o que causa, e que usos pode ter.

Em contraste, aquilo a que chamamos coisa bruta, a coisa que para nós não tem sentido, é algo cujas relações não percebemos".

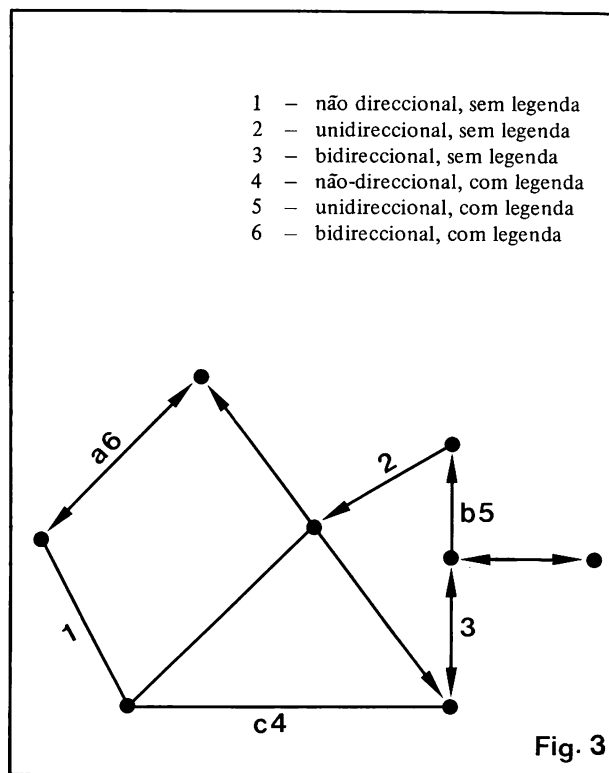
John Dewey (1910)

Se, porventura, só aprendemos quando podemos estabelecer relações, de que forma são representados e organizados os conhecimentos?

Anatomicamente, o córtex é composto por milhões de neurónios através dos quais, como já atrás dissemos, passam impulsos eléctricos que provocam neles transformações químicas.

Ao microscópio, o córtex apresenta uma estrutura complexa formada por inúmeras ligações e conexões que se entrecruzam em todas as direcções.

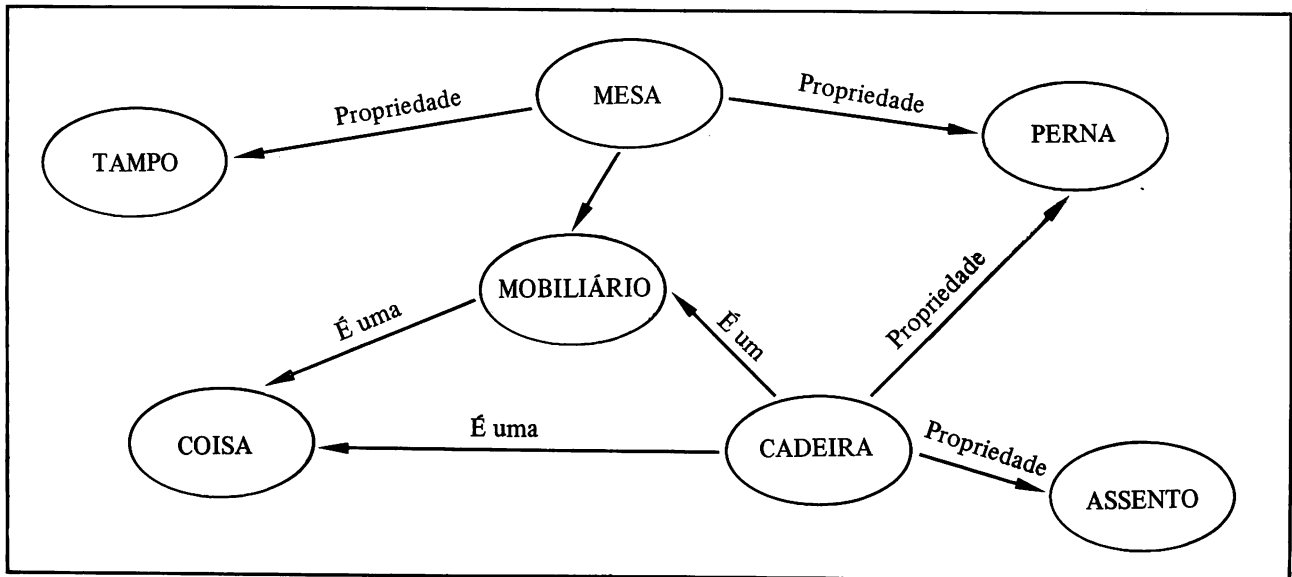
Foi a partir desta imagem de ligações e conexões que se foi buscar à matemática a noção de rede a qual, conforme a figura seguinte mostra, pode traduzir com grande simplicidade aquilo que poderemos considerar como modelo ou metáfora do que se passa a nível estrutural no córtex, quando os conhecimentos são adquiridos e ficam, portanto, representados.



No estudo da memória, chama-se a esta estrutura base, por analogia, rede semântica, sendo os nós, representativos dos conceitos, acções, acontecimentos, etc., isto é, de todos os conhecimentos que estão retidos: os traços não-direccionais, unidireccionais e bidireccionais, exemplificam o tipo e o número de relações que podem ser estabelecidos entre os conceitos, acções, acontecimentos, etc.

Com base neste modelo e segundo Collins & Quillian (1969) o conjunto de conhecimentos é representado por redes associativas que se formam a partir de um ou mais conceitos. Por exemplo:

Fig. 4 - Rede Associativa



4

REDE ASSOCIATIVA

As redes associativas, note-se, são formadas por conceitos afins. Neste caso a partir do conceito genérico do mobiliário formam-se associações entre este e cada um dos exemplos afins, isto é, cada peça de mobiliário que se conhece.

Esta metáfora sobre a representação do conhecimento é extremamente simples não conseguindo explicar alguns fenómenos. Por exemplo, um dos problemas das redes associativas relaciona-se com a redundância. Que há de estranho na seguinte frase: "A malhada é a vaca fêmea mais bonita da manada". O adjectivo "fêmea", como fazem notar Miller & Johnson-Laird (1976), nada acrescenta ao substantivo "vaca". Temos o conceito "vaca" e temos o conceito "fêmea". Se usarmos exclusivamente a rede associativa para explicarmos a organização de conhecimentos na memória concluiremos que a informação necessária para identificar casos de "fêmea"

está incluída na informação necessária para identificar casos de "vaca". Ora é mais eficiente reter a mesma informação num só local e usá-la sempre que apropriado, do que em locais diferentes junto, por exemplo, de cada um dos conceitos aos quais se aplica.

Uma forma de resolver o problema da redundância inerente ao modelo de Collins & Quillian foi sugerida por Katz & Fodor (1963), Katz (1966, 1972) através da noção de marcadores semânticos, isto é, de conceitos ou propriedades abstractas sem correspondência verbal. De acordo com esta sugestão, a "leitura" semântica de cada palavra pode incluir uma lista de marcadores semânticos que servem para distinguir o significado dessa palavra dos significados de todas as outras. Quando as palavras se seguem gramaticalmente, como por exemplo, numa frase, uma pessoa que conhece a língua, saberá as regras que permitem combinar os marcadores de modo a extrair um significado.

De acordo com Katz & Fodor, teoricamente pelo menos, o problema é resolvido se assumirmos a existência de "regras de redundância", as quais não fazendo parte de nenhum conceito em particular, são usadas pelo sistema na interpretação de cada palavra. Estas regras de redundância traduziriam as relações hierárquicas e abstractas mais gerais entre os conceitos.

Para além da noção de redundância poderemos considerar outra, não menos importante — a noção de

campo semântico — que também se prende com a organização imposta pelo sujeito falante sobre o vocabulário adquirido.

Segundo esta teoria o vocabulário é organizado em estruturas de memória formadas por um determinado número de conceitos afins, de modo que ao ser activado qualquer um dos conceitos de uma estrutura, não só esse conceito mas toda a estrutura é activada e fica pronta a ser usada, se necessário. É, no dizer de Miller & Johnson-Laird (1972), “como se cada palavra (conceito) contida na estrutura fizesse parte do significado de todas as outras palavras incluídas na estrutura a que pertence”.

Se, de facto, o sistema está organizado de acordo com princípios hierarquizantes, desde regras abstractas para a conjugação dos elementos concretos do nosso conhecimento, às associações semânticas entre esses elementos, como será a melhor forma de garantirmos a aprendizagem de novos conhecimentos?

Norman (1978) apresenta o problema da seguinte maneira, baseando-se nas noções de rede semântica e estrutura da memória.

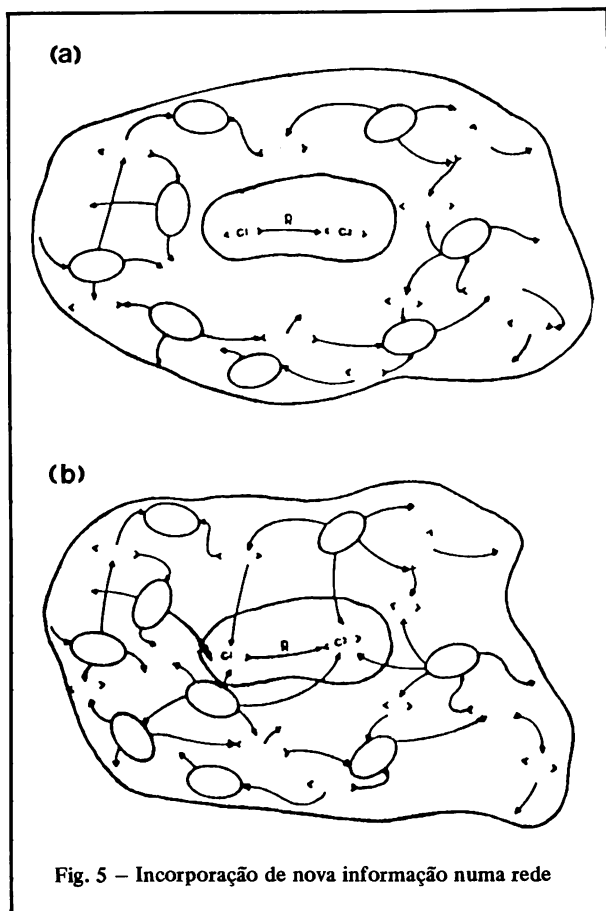


Fig. 5 – Incorporação de nova informação numa rede

Supondo que pretendemos aprender os conceitos C1 e C2 os quais estão relacionados. Podemos seguir a estratégia representada em (a) ou em (b). Em (a) limitamo-nos a inserir a relação entre os dois conceitos, provavelmente através de repetição, na memória. Em (b) procuramos relacionar C1 e C2 com os conhecimentos que já possuímos. De acordo com o que já foi dito, concluiremos, sem dificuldade, que a estratégia adoptada em (b) será a mais eficaz.

Se queremos que os nossos alunos aprendam então como é que lhes devemos passar a informação permitindo-lhes o estabelecimento de relações entre a nova informação e os conhecimentos que eles já possuem?

EXPERIÊNCIAS DE GRUPO

Antes de apresentarmos dois possíveis modelos de ensino que mais se coadunam com o modo como são organizados os conhecimentos na Memória (aprendizagem), achamos oportuno referir-nos às experiências de grupo realizadas pelos participantes do curso.

Como salientei no Preâmbulo, as experiências tiveram a finalidade de envolver os participantes directamente nalguns problemas relacionados com a percepção e retenção de informação fornecida através do meio áudio. A nossa preocupação principal era de fazer realçar as Limitações do sistema para que na elaboração de programas essas Limitações fossem levadas em consideração.

Uma limitação importante encontra-se no processamento inicial de informação. Como já assinalámos, (ver fig. 2), a informação é processada em primeiro lugar pela memória de curta duração antes de ser passada para a memória de longa duração.

Se a quantidade e/ou complexidade de informação transmitida for demasiadamente elevada, a informação pode perder-se parcial ou totalmente porque a memória de curta duração não conseguiu estabelecer as ligações necessárias com a memória de longa duração no intervalo de tempo (alguns segundos) em que consegue reter a informação.

Na primeira experiência foi pedido aos sujeitos que executassem dois tipos de tarefas: resolver mentalmente

uma simples operação aritmética e descobrir o grau de parentesco entre duas pessoas. Os sujeitos não conseguiram, como se previra, encontrar a solução dos problemas, não porque não soubessem executar todas as operações necessárias à sua resolução mas porque, tendo ouvido os enunciados só uma vez (o que acontece por exemplo numa transmissão áudio) não conseguiram reter a informação na memória de curta duração enquanto procuravam através da memória de longa duração resolver os vários passos dos problemas. Assim no caso da operação aritmética, depois de resolver a primeira parcela não conseguiram resolver a segunda porque o enunciado já tinha sido "esquecido" pela memória de curta duração.

O mesmo se passou com o problema sobre o grau de parentesco. A dificuldade situou-se na impossibilidade de os sujeitos recuperarem o enunciado.

É portanto necessário ter-se bem presente esta Limitação inicial do sistema, quando passamos informações pelo meio áudio. Temos que utilizar técnicas de redundância cuidadas de modo a assegurarmos um ritmo de passagem de informação comportável pelo sistema.

Como salientámos, a informação que é transmitida é processada numa segunda fase pela memória de longa duração, a memória semântica que contém todos os nossos conhecimentos. Se estes conhecimentos não estivessem organizados de acordo com certos princípios não se notariam diferenças significativas entre os resultados de duas experiências feitas pelos sujeitos: a segunda e a quinta experiências. Na segunda experiência os sujeitos ouviram uma lista de 30 palavras com sequência aleatória. Na quinta experiência, os sujeitos ouviram as mesmas palavras organizadas segundo a sua afinidade conceptual. Como se esperava, na quinta experiência os sujeitos conseguiram recordar um número significativamente maior de palavras, independentemente dos efeitos de transferência que possam ter ocorrido. (Entre a 2ª e a 5ª experiência, os sujeitos levaram a cabo mais duas experiências diferentes).

Esta simples experiência (Mandler & Pearlstone & Koopmans, 1969) demonstra a importância da organização do material que pretendemos seja retido. Não só porque ela facilita a sua compreensão e apreensão mas também porque ela impede que os sujeitos imponham aquilo a que se chama a sua própria organização subjectiva.

Os resultados experimentais demonstram que os sujeitos, na ausência de "elos" que os ajudem a reter mais facilmente a informação, constroem eles próprios

"elos" que poderão impedir a retenção correcta da informação.

As 3ª e 4ª experiências referiram-se à importância da definição clara do contexto e da passagem clara das ideias principais que se querem transmitir. As experiências basearam-se em experiências feitas por Dooling & Lachman (1971) e, Bransford & Franks (1971). No primeiro caso a omissão do título, neste caso a única informação contextual, provocou a perda quase total da história que os sujeitos ouviram. No segundo caso, a passagem de frases claras e curtas sobre a ideia principal permitiu a sua recuperação.

No seu todo, o objectivo da parte experimental da sessão foi amplamente alcançado, tendo os sujeitos, através do seu próprio envolvimento, percebido alguns aspectos da estrutura, da memória e dos processos que sobre ela podem actuar. Assim, os sujeitos puderam verificar a importância da limitação que deve ser imposta no ritmo de entrada de informação, especialmente quando se trata de informação nova e que requer ligação a conhecimentos que já possuem. Constataram também o efeito de falta de enquadramento claro, a qual, ao gerar ambiguidade, impede a compreensão e a retenção da matéria. E, notaram ainda a importância da organização imposta sobre a informação que se pretende transmitir para impedir a organização subjectiva que o receptor da mensagem tentará sempre impor quando ela, informação, não se encontra devidamente organizada.

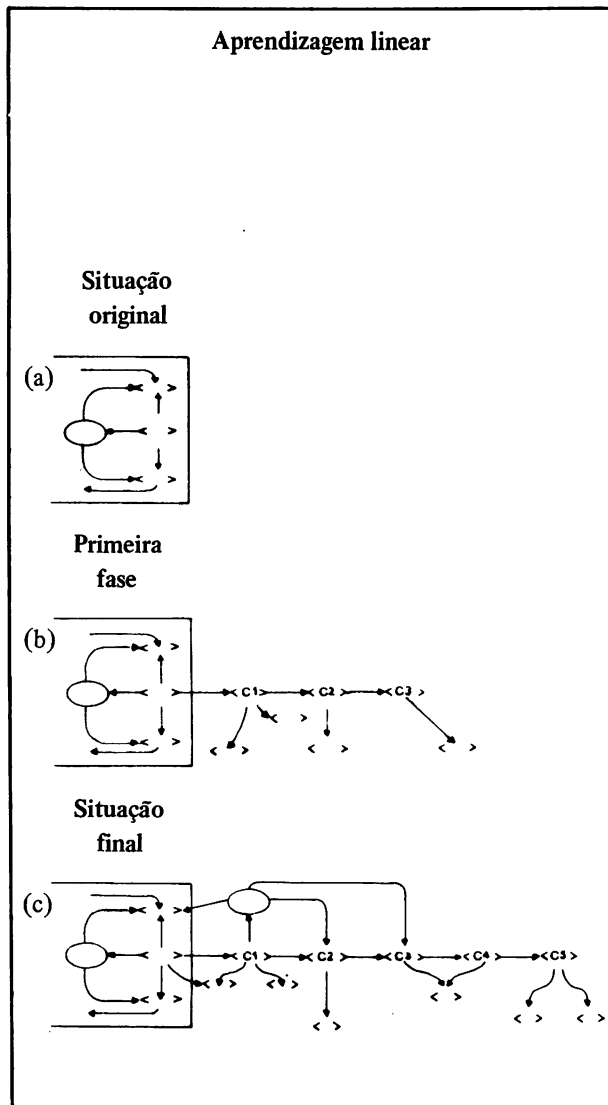
Um fenómeno ficou sobejamente comprovado — não somos meros receptáculos de informação, isto é, não somos passivos, mas sim intervenientes activos que procuramos fazer sentido da estimulação que recebemos.

DOIS MODELOS DE ENSINO DOIS MODELOS DE APRENDIZAGEM

Propomos agora apresentar dois modelos de ensino/aprendizagem, que de certo modo poderão dar resposta à pergunta final do capítulo 1.

Estes modelos foram sugeridos por Norman (1978) e, especialmente um deles parece corresponder às necessidades decorrentes da estrutura e organização da memória. Não são modelos que nos venham dizer algo de novo. O bom professor usa-os e conhece-os.

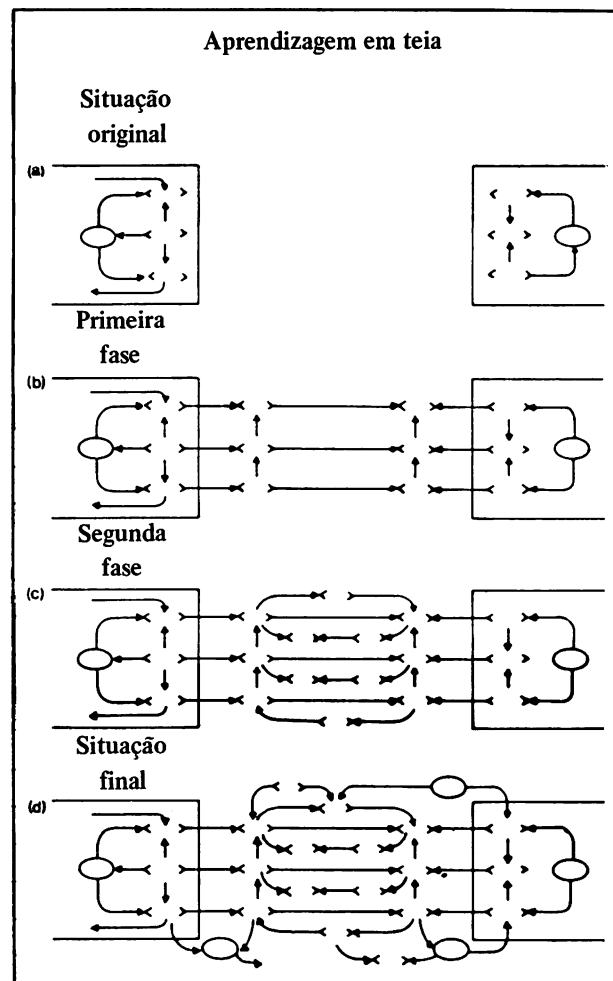
Observemos o primeiro esquema:



- a) Situação original corresponde aos conhecimentos já adquiridos.
- b) Repare-se na entrada de novos conhecimentos (conceitos C1, C2, C3, etc.).
- c) Situação final – o relacionamento dos novos conhecimentos é feito entre eles, com poucas referências aos conhecimentos já possuídos.

Que acontece, por exemplo, se não compreendemos o conceito C2? É natural que percamos também o conceito C3, C4 e C5 ou pelo menos não consigamos estabelecer a sua ligação com C1.

Observemos agora o segundo esquema:



- a) Situação original corresponde aos conhecimentos já adquiridos mais a informação sobre a finalidade do que se vai aprender.

As fases b), c) e d) – situação final – mostram bem uma preocupação clara de relacionamento dos novos conceitos entre si, e entre eles e os conhecimentos já adquiridos e a finalidade da explicação. É natural que o discurso contenha muito maior redundância (repetições, exemplos, etc.) e que, ao contrário do que acontece com a aprendizagem linear mesmo que não se perceba um conceito, as ideias principais possam ser compreendidas.

Na transmissão de informação através do meio áudio, é vital que se adopte um formato que permita o desenvolvimento gradual e lento da ideia principal, a sua inserção contextual clara, a repetição e a exemplificação. ●

BIBLIOGRAFIA

- ATKINSON, R. C. & Shiffrin, R. M. – **Human Memory: a proposed system and its control processes**, in “The Psychology of Learning and Motivation: Advances in Research and Theory”, vol. 2, K. W. Spence and J. T. Spence (ed.), New York, Academic Press, 1968.
- BADDELEY, A. D. & Hitch, G. – **Working Memory**, in “The Psychology of Learning and Motivation”, vol 8, G. H. Bower (ed.), 1974.
- BRANSFORD, J. D. & FRANKS, J. J. – **The abstraction of Linguistic ideas**, “Cognitive Psychology”, 1971, p. 331-350.
- COLLINS, A. M. & Quillian, M. R. – **Retrieval time from semantic memory**, “J.V.L.V.B.”, 1969.
- DEWEY, J. – **How we think**, Boston, D. C. Heath, 1910.
- DOOLING, D. J. & Lachman, R. – **Effects of comprehension on retention of prose**, “J. Exp. Psy. (88)”, 1971, p. 216-222.
- HINTIKKA, J. – **Logic, language-games, and information**, Oxford, Oxford University Press, 1973.
- KATZ, J. J. – **The philosophy of language**, New York, Harper & Row, 1966, **Semantic Theory**, New York, Harper & Row, 1972.
- KATZ, J. J. & Fodor, J. A. – **The structure of a semantic Theory**, “Language”, 1963.
- LEONT'EV, A. A. – **Some problems in Learning Russian as a foreign language**, (essays on psycholinguistics), Translated by C. Gaddy, “Soviet Psychology”, 1973.
- LINDSAY, P. H. & Norman, D. A. – **Human information processing**, New York, Academic Press, 1972.
- MANDLER, G.; Pearlstone, Z. & Koopmans, H. S. – **Effects of organization and semantic similarity on a recall and recognition task**, “J.V.L.V.B. (8)”, 1969, p. 410-423.
- MILLER, G. A. & Johnson-Lair, P. N. – **Language and Perception**, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
- NORMAN, D. – **Overview**, “Cognitive Psychology (D303)”, Open University Press, 1978.

●
* MARIA MANUELA PORTUGAL D'OLIVEIRA

Ex-Responsável pelo Centro de Estudos de Pedagogia e Ensino a Distância do IPED.

●

AVOZ E A PALAVRA

“LA PAROLE N'A PAS ÉTÉ DONNÉ À L'HOMME, IL L'A PRISE”

A inteligência comanda a escolha da Palavra enquanto a voz que a veicula
é o resultado de um comando voluntário, motriz.

A comunicação oral humana depende duma e doutra para se constituir,
é a palavra, elemento condutor da inteligência que domina o discurso oral,
porque transporta em si um sentido que a voz pode afirmar ou negar
mas que permanece como um elemento da Língua.

I QUE DIFERENÇA HÁ ENTRE A VOZ E A PALAVRA

A emissão fisiológica do som a que se chama voz (humana) transforma-se em **Palavra** por processos psicolinguísticos de integração dos sistemas neuro-psico-fisiológicos, tornando-se assim num acto locutório e num modo de expressão que concedem um estatuto definitivamente privilegiado ao Homem, na escala biológica natural.

A voz é portanto um acto basicamente fisiológico que põe em jogo vários sistemas (físicos) e que é, hierarquicamente, subordinada à Palavra.

Que diferença há então entre Voz, emissão de som e Palavra, signo linguístico!

Existe um imenso progresso entre o primeiro som ocasional, produzido pelo homem das cavernas e a linguagem do homem do Séc. XX. Aliás, o primeiro som

já não deve ter sido um acto fisiológico puro, mas um apoio sonoro a um pensamento duma consciência rudimentar.

O comportamento instintivo realiza-se por uma série de reflexos em cadeia, cada um dos quais provocado por um evocador activo diferente.

Cada homem, no momento do seu nascimento, encontra-se aparentemente tão desprovido de conhecimentos verbais como o homem primitivo, mas rapidamente (estima-se em doze anos) ele adquire o total domínio dos mecanismos psico-linguísticos e usa adequadamente o seu próprio aparelho fonador.

Mas a voz sem pensamento consciente não realiza palavra inteligível. O pensamento humano é um processo cultural, mas tem de existir a nível consciente, graças ao material que o realiza: a realidade do pensamento manifesta-se por, e em, a Língua.

Os elementos que definem a Língua Humana são servidos numa língua natural pela voz e também por vários outros sinais (sonoros ou não), que constituem a linguagem não falada, subsistema que a Semiótica estuda em profundidade.

A linguagem oral não é, no entanto, a barreira definitiva que separa o homem do animal. A verdadeira barreira, é a capacidade que o ser humano tem de separar as palavras dentro da frase e de as unir a outras formando novos enunciados, é a possibilidade de a palavra poder ter uma vida independente e não permanecer estaticamente rígida como acontece com os animais. A esta capacidade linguística humana deu George Van Gobeinz (1901) o nome de **Divisibilidade**, característica que mais tarde Martinet retomou dando-lhe o nome de **Articulação**.

Mas **Divisibilidade** e **Articulação** não são exactamente uma e mesma articularidade da linguagem humana.

Os enunciados (segmentos de discurso) podem dividir-se em enunciados menores, constituídos por menos elementos e podem articular-se em dois planos: em 1.^a articulação e em 2.^a articulação, consoante o elemento articulado, contém ou não significado próprio. A 2.^a articulação (ou dupla articulação) é a dos elementos sonoros que não têm significação autónoma; é extremamente importante, porque não contendo as unidades divididas significado em si próprias, podem associar-se a outros elementos e contribuir para a construção de novos enunciados com significação.

Ora o animal, mesmo o das espécies superiores não consegue sequer articular as unidades de 1.^a articulação (com significação), conscientemente.

Para o animal, os sinais ficam unidos, ligados, não têm mobilidade.

Provido portanto desta capacidade fundamental, conseguida graças ao comando nervoso voluntário dos órgãos de fonação, o homem torna-se o rei da Criação.

O seu cérebro, mais desenvolvido e com maior capacidade do que o das outras espécies, possui um centro coordenador de linguagem e possui também uma rede de milhões de neurónios (unidade básica de sistema nervoso) que são nervos coordenadores situados na membrana que envolve o cérebro.

A palavra humana articulada é o resultado de um comando motriz voluntário, que se torna automático com o treino.

A **Palavra** é portanto uma ordem dimanada pelo cérebro conseqüente a um pensamento que lhe pré-existe (pré-construído) e que põe em acção os agentes de execução que actuam sobre os órgãos fonadores.

Por exemplo, o músculo pneumogástrico é activado para fazer funcionar a laringe, enquanto o grande músculo hipoglóssico interfere na movimentação da língua (órgão).

Outra particularidade muito importante da linguagem humana, para além também da variedade de sons que as modificações do aparelho fonador humano são capazes de produzir, será o facto de a linguagem ultrapassar o pragmatismo da motivação directa da satisfação do instinto básico. (Como vai longe o grito do homem das cavernas!).

A linguagem tornou-se descritiva, transformou-se num instrumento simbólico, espelho do mundo objectal, abordando os subjectos da alma humana.

Ultrapassando o estado de comunicação, sua vocação primeira, a palavra transforma-se em instrumento do pensamento, modificando o seu comportamento sonoro, através do emprego deliberado dos supra-segmentais embora permanecendo essencialmente a transposição da mensagem através do plano cerebral.

Enquanto emissão sonora, a palavra representa o domínio do homem sobre a Voz, transformando-a em Palavra, como elo de comunicação, como motivo de ligação, como mediadora entre o seu individualismo e o complexo meio-social em que ela própria se enquadra.

O homem necessita de um meio de comunicação (troca de palavras = ideias) para, por interacção, relativizar o mundo exterior com o seu mundo interior.

Mas a palavra servida pela Voz pode ser utilizada também para outros fins.

Usando a função apelativa ou a função emotiva da linguagem, o homem consegue interferir no logos psicológico do receptor levando-o a agir de determinada maneira.

Assim, a palavra integrada no discurso oral, pode ser um processo do homem moderno con(vencer) o OUTRO.

A expressão oral, é a experiência realizada de um raciocínio e pode transformar-se numa arma de ataque ou defesa, consoante o raciocínio que lhe preside: pelo estabelecimento de um diálogo que possibilitará a troca de ideias ou pensamentos, ou, pelo contrário, na instauração de um processo de ruptura de comunicação, deliberadamente construído, ou ainda, na introdução de um factor de influência através de um acto de manipulação consciente e expressamente levado a efeito.

Ao fazer progredir a linguagem, que mais não é do que uma continuidade da Palavra que se sucede no tempo/espaco para se transformar em discurso, a humanidade transforma o mundo em irmandade planetária e transforma-se ao mesmo tempo a si própria, fazendo com isso progredir a civilização.

A Voz — o som actualizado e a cultura verbalizada, ligam-se simbioticamente para atingir um fim comum: produção de sons = a fala que pela força das leis dos operadores lógicos e operadores discursivos se transforma em D. O.

Mas a Palavra, sendo elemento portador de inteligência é definitivamente a dominadora, porque é ela que, integrada em discurso, eleva o Homem ao estatuto de "Homo Sapiens".

É a palavra que transporta a mensagem que abre as portas à conotação a partir do sentido denotativo básico, isto é, abre as portas à sensibilidade, à imaginação, ao espírito, embora a voz se lhe associe por vezes, não funcionando apenas como veículo inerte.

Portanto a Palavra, serve-se da Voz, que por sua vez serve a Inteligência, transportando a mensagem através do discurso/oral, de que ela é própria produtora.

Retomamos a finalizar a questão que pusemos de início:

Que diferença existe entre a Voz e a Palavra?

A resposta é-nos dada por P. Chauchard a (...) possibilidade duma orientação infinita num mundo infinito (...).

2

AS ACTIVIDADES VERBAIS

Quando uma criança pronuncia a sua primeira palavra, não julga globalmente a situação em que ocorre esse primeiro acto da fala; reage apenas a um estímulo que por qualquer razão ela particularizou e que é o **evocador** dessa mesma reacção.

A criança, embora no momento em que verbaliza essa palavra esteja a receber muitos outros estímulos, permanece insensível a estes, ainda que os seus sentidos se registem.

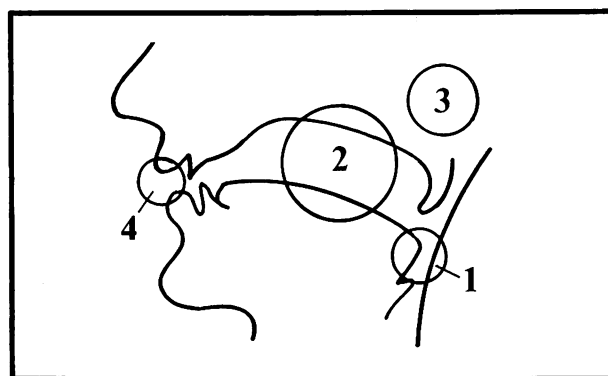
Quer isto dizer que o mecanismo instintual posto em marcha a partir duma necessidade fisiológica básica, nada mais é do que um automático, que funciona apoiado na impressão sensorial ligada por associação mnemónica. Ainda neste puro momento, o esquema de Skinner S→R.

A sensibilidade (reacção) aos sinais sonoros ou visuais por parte da criança que principia a falar é responsável pela sua recepção às imagens significativas.

Nesta galáxia povoada por sinais sonoro-visuais, o

ser humano é constantemente preso de reacções que se desactivam automaticamente comandadas por um subconsciente vigilante e obediente a um código pré-assimilado.

Estas mensagens visuais que podem, ou não, fazer recurso à língua falada são linguagens paralelas do mundo actual, que actuam profundamente na formação do código.



Os quatro principais ressoadores do aparelho fonador: 1, a faringe; 2, a boca; 3, as fossas nasais; 4, a cavidade labial

E porque fazemos referência à linguagem visual? Porque ela vai despoletar noções evocadoras do pré-consciente, providas dum grande poder reactógeno que transportam mensagens de grande valor informativo, que podem competir com as mensagens veiculadas pela linguagem falada e por vezes com vantagem.

A mensagem imagética de que a publicidade usa e abusa e algumas vezes com redundância do discurso oral/escrito (com pleno sucesso dos seus objectivos económicos) é um exemplo flagrante do real valor da mensagem imagética.

Mas regressemos à criança. Balbucia a sua primeira palavra e comunica o seu desejo ou necessidade.

A relação entre a resposta ao estímulo (que se realiza na palavra proferida) e a necessidade que pré-seleccionou o estímulo, faz-se cada vez mais conscientemente e cada vez menos instintualmente.

Portanto, a pouco e pouco a criança vai apreendendo um código de sinais que o contexto em que se insere lhe fornece e que ela associa aos seus estímulos internos.

Nasce assim uma pré-linguagem mista de sinais que ela aprende a (re)conhecer e a pouco e pouco a nomear com palavras que ela própria cria e que vão sendo gradualmente substituídas pelas significantes da língua natural em que se insere a sua existência social. →

As palavras vão constituindo o (...) dicionário que eu sou (...) (Ruy Belo, Homem de Palavras) e à custa das "ferramentas" linguísticas, que a criança ignora serem as classes e subclasses da gramática normativa, vão surgindo as estruturas que a vão transformar em sujeito falante numa língua natural, ou seja, numa identidade linguisticamente delimitada por parâmetros etno-sócio-psicológicos.

Transformada finalmente ao fim de cerca de doze anos de evolução linguística, num sujeito falante, a criança estará, a esse nível etário, implantada num universo escolar também este delimitado pelas coordenadas etno-sócio-psicológicas do contexto da criança.

Nessa escola, o sujeito falante que é simultaneamente aluno de língua portuguesa, aprende os segredos morfo-sintácticos da língua (que ele fala inatamente) e ao fazê-lo descobre as maravilhas, as subtilezas e os problemas do que até ali lhe parecera fácil: **FALAR!**

A metalinguística invade o seu pequeno mundo, mitificando o que lhe parecera claro e complicando o que se lhe apresentara até ali fácil: **ESCREVER!**

Falar e escrever com as suas precedências respectivas ouvir e ler, são portanto actos verbais que utilizam sistemas sensoriais diferentes.

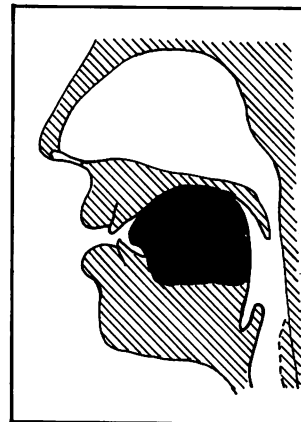
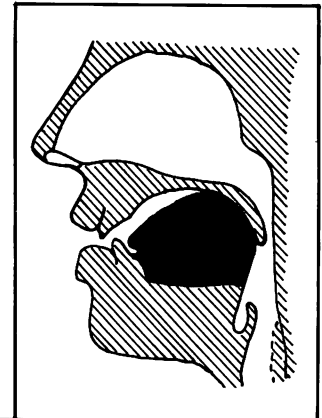
Ouvir, implica um mecanismo sensorial e específico que passa pelos órgãos da audição (enquanto o som é fenómeno acústico) e que entronca noutro sistema, este neurológico: assim que ultrapassa a fase de fenómeno físico, e passa a neuro-físio-psicológico integra-se então no (...) sistema centro-encefálico, um sistema complexo situado no tronco cerebral, que compreende várias estruturas que têm conexões com os dois hemisférios, encontrando-se conseqüentemente dependente da regulação de todas as grandes funções psicológicas (...) (Penfield e Roberts, 1963) "Langage et mécanismes cérébraux", Paris, 1963.

O ouvido analisa os sons emitidos e transmite pelas vias auditivas até à membrana cerebral uma sinalização que traduz a intensidade, altura, direcção-timbre (as qualidades que definem o som acústico); na zona das ténporas é recebida esta sinalização e sintetizada ao nível do consciente. Esta síntese é recebida pelas memórias específicas de interpretação sonora. O som que é palavra vai estabelecer contacto entre os três centros cerebrais (frontal, parietal, temporal) que são o Centro da linguagem *strictus sensus*.

Falar é um processo que faz recurso ao aparelho respiratório, à laringe e às cavidades supraglóticas

enquanto acto fisiológico. A excitação eléctrica põe em jogo os neurónios motores periféricos encarregados de activarem certos músculos do corpo. Trata-se portanto de uma união neuromotriz.

Posição da língua na nasal dorsovelar (inglesa *ng*) (Segundo Jones)



Posição da língua na nasal dorsoplatal (francesa *gn*) (Segundo Jones)

O aparecimento da palavra, na memória, faz-se por pré-selecção ou chamamento do signo significativo, o que constitui a linguagem silenciosa do pensamento já aqui referida. Este signo, imagem acústica/significante, significando imagem acústica, é codificado em sons que o aparelho fonador, numa operação fisiológica, actualiza em fala.

Ler e escrever são portanto duas actividades complementares, com precedência da primeira. Na leitura, os grafemas são percebidos pelos órgãos visuais e transmitidos ao cérebro por vias especiais.

A percepção é a condição anterior a todo o processo mnemónico. Não se pode fixar senão aquilo que foi anteriormente apreendido segundo dizem as leis da Psicologia de Forma (Gestaltismo). Portanto, uma vez percebidos os problemas, inicia-se um complexo processo que desencadeia (...) as modificações neuro-fisiológicas e bioquímicas a que se chama trocas mnemónicas (...) Piaget, 1970.

O acto da escrita activa os mecanismos psicomotores que através dos neurónios específicos do centro da escrita (situado ao lado da área de Broca no hemisfério esquerdo) desencadeia o acto de escrita.

Uma vez reconhecidos os morfemas (elementos que se acrescentam à raiz como os prefixos e as desinências) e apreendida a sua articulação sintagmática/paradigmática, o cérebro ordena as contracções musculares que constituem o acto de escrita.

No hemisfério cerebral esquerdo onde se situam as funções da linguagem e da escrita especialmente na parte posterior da circunvolução frontal esquerda, dão-se os fenómenos processuais, com implicação dos componentes motrizes inerentes, da linguagem e da escrita.

A leitura e a escrita estão reunidas no cruzamento parieto-temporal occipital, assim como a linguagem e a fala.

Penfield e Roberts in "Langage et mécanismes cérébraux", PUF, Paris, 1963, verificaram que (...) correntes eléctricas aplicadas na área da Broca, na área motriz suplementar ou na região tempoparietal do hemisfério esquerdo provocam diversas alterações na linguagem (...) distúrbios da leitura (...) perturbações da escrita (...).

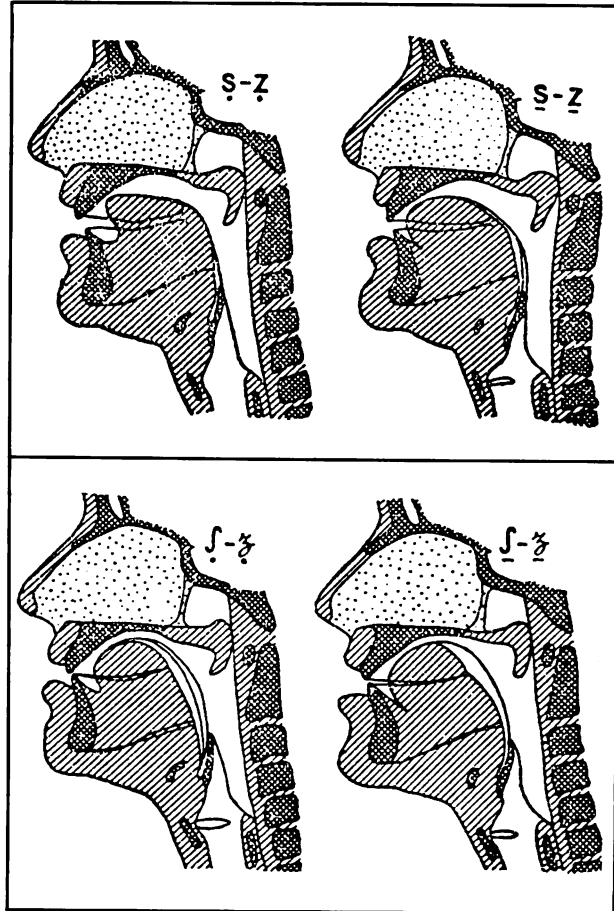
Estas investigações vêm provar que os actos de ouvir (o neuro fisiológico) falar, ler e escrever, postulam a existência de centros cerebrais distintos que seriam as sedes fisiológicas de funções susceptíveis de serem determinadas selectivamente.

Penfield e Roberts (*ibid.*) defendem a existência de (...) um sistema total com zonas especializadas ligadas entre si por vias nervosas transcorticais ou subcorticais (...).

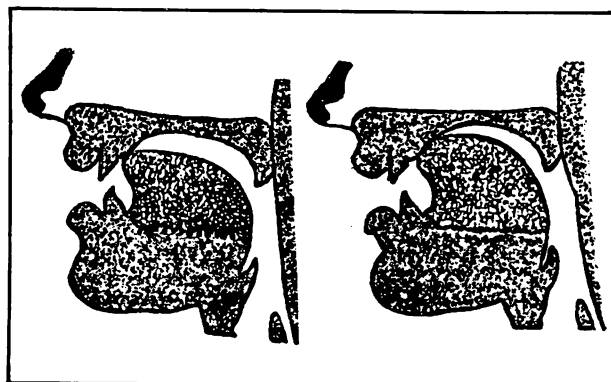
Poderemos portanto afirmar que os actos de ouvir e falar, ler e escrever, são actividades verbais diferentes, mas que se ligam numa interacção quando o ser humano entra em comunicação com o mundo que o rodeia.

As actividades verbais – transformadas em D. O. (discurso oral) são portanto os produtos neurofísicos que permitem ao Homem comunicar. A Voz, veículo privilegiado na comunicação oral, submete-se à Palavra servindo-a e servindo-se desta. Aragon, disse que (...) "a palavra não foi dada ao Homem, porque este a tomou (...) e é verdade".

Na sua evolução psico-física, o Homem integrado no sistema evolutivo natural, luta, ele próprio, pela superioridade que lhe assegure a posição cimeira na escala biológica, e essa superioridade passa pelo domínio da Palavra.



Posição da língua em *s* (em cima) e em *ch* (em baixo). À esquerda, o tipo apical; à direita, o tipo predorsal.
 (Segundo Hedegus)



Posição da língua nas africadas *ts* (à esquerda) e *tc* (à direita). Na figura vê-se a oclusão completa. Trata-se da primeira fase do fonema. A segunda fase é, em princípio, idêntica à que caracteriza a constrictiva correspondente.

3

A VOZ E A FALA

Apreendidas as técnicas de audição, fala, leitura e escrita, está o ser humano preparado para receber e emitir mensagens, isto é, para comunicar.

Mas qualquer destes actos de comunicação tão simples do nosso quotidiano, tão básicos que se tornaram automáticos, quando orientados no sentido de atingir um máximo de perceptibilidade na emissão e recepção de mensagens, transforma-se num acto elaborado, que recorre às técnicas e aos conhecimentos da Fonética Articulatória da Fonética Combinatória, das técnicas do Discurso Organizado.

No Discurso Oral o relevo das palavras advém do uso conscientemente manipulado dos órgãos do aparelho fonador: velocidade imprimida, modulação de certos sons, estabelecimento diferenciado do tom, pausa intencionalmente colocada, etc.

L. Bellenger diz que (...) “falar é traduzir através das variações da voz, a nossa vida afectiva interior” (...) “as entoações captam as nossas sensações e projectam-se em sobreimpressão na nossa linguagem” (...).

Já sabemos que o uso da palavra falada é diferente do uso da palavra escrita porque onde existem normas linguísticas rigidamente regulamentadas por leis sintácticas e morfológicas, que podem ser corrigidas de qualquer lapso, pontualmente, passa a haver uma instantaneidade entre produção e emissão que não permite a correcção do erro ou lapso cometidos pelo emissor. As rupturas das estruturas sintácticas, lógicas, são falhas rotineiras do Discurso Oral. O emissor em situação D. O., sobretudo de improviso real cai em repetições (perífrases, litites, reduções), desvios e elipses e no emprego de locuções onomatopaicas, com alguma facilidade.

É portanto necessário treinar a “fala” com um treino persistente e sistemático, partindo da matéria-prima – Voz – esta, por seu turno, também já trabalhada.

O exercício-base de maior eficácia é o da leitura em voz alta (a nível de domínio fonético-articulatório).

A leitura interpretativa também é muito importante porque fornece indicações sobre a capacidade de expressão do locutor.

O segundo exercício já é a um nível diferente; é o relato de contextos reais, visualizados, a que se seguirá a descrição de situações simuladas, com pré-elaboração de um plano.

O terceiro exercício em termos de dificuldade é o improviso directo sobre um tema dado.

Mas as entrevistas dialogadas, os debates, as intervenções totalmente espontâneas ou com pré-notação, o comentário crítico imediato, a exposição, são também exercícios de grande importância para o desenvolvimento da língua falada.

É evidente que elaborar o pensamento para a língua escrita ou para a língua falada são actos diferenciados.

O escrito e o oral diferem, como já se disse, pela sua morfologia, pela sua pragmática e pelos seus respectivos mecanismos de expressividade. Os códigos gramaticais não coincidem.

Mas embora o oral possa ser menos preciso do que o escrito, envolve também a necessidade de certas técnicas que lhe são específicas e a necessidade de persistência no treino.

Treinar é repetir, é agir objectivamente em conformidade com uma orientação e um conhecimento teórico prévio.

Todos estes exercícios ou actuações devem ser registados para posterior reprodução em audição crítica do próprio produtor do discurso.

De facto, é tão importante como o exercício da fala, a sua análise comparativa entre os diferentes estádios evolutivos do emissor.

Mas para além do treino deverá existir um conhecimento mais do que empírico das técnicas em uso: conhecimento da Fono-Estilística, das suas regras e normas; conhecimento da Fonética Articulatória que tem por objecto analisar os sons realizados por meio dos órgãos da fala, de reconhecer o modo de produção desses sons, isto é, a posição ou tensão dos diferentes órgãos postos em jogo pelo acto de fonação. É o estudo destes mecanismos (jogo do véu palatino, modificações na cavidade bucal, movimentos da língua e dos lábios, oclusão ou constrição do canal bucal, que permite o aperfeiçoamento conscientemente conseguido do acto da fala.

Os professores, especialmente o professor de língua, tem a preocupação dominante de fazer passar a mensagem através de um discurso claro e sem ambiguidade. No seu acto didáctico, ele preocupar-se-á efectivamente com o conteúdo da sua mensagem, mas ele sabe, desde logo, que não é só a qualidade ou importância da

mensagem que importa valorizar, mas também o modo como essa mensagem chega ao seu Destinatário.

Ele expressa-se sempre tendo em conta a maneira como os grupos significativos em disposição hierárquica, que constituem o discurso oral numa língua natural, projectam um conjunto de unidades semânticas nitidamente recortadas, permitindo um complexo de significação ampla e clara.

Ele preocupar-se-á também em corrigir o discurso oral dos seus alunos, proporcionando-lhes o conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para tal, porque, mesmo para o sujeito falante vulgar, é importante o conhecimento e a prática da sua própria língua para que esta, embora sujeita às regras naturais da evolução das línguas vivas, permaneça perfeita e estável para os seus utentes. ●



* JULIETA NASCIMENTO PIEDADE

Responsável pelo Grupo Áudio do NETED – IPED. Professora de Língua Portuguesa no Departamento de Cursos para Estrangeiros da Faculdade de Letras de Lisboa.

BIBLIOGRAFIA

- CONTEIX, J. – *L'expérience des radios propédeutiques* in ICEF Review, vol. 2, n.º 3, Septembre, 1966, pp. 33–38.
- BALTON, P.; W., Hardcastle – *Disorders of fluency*, London: E. Arnold, 1977.
- GALLAGHER, M. – *Broadcast evaluation: what can I tell us that we do not know already*, Internal paper, O. U., 1975, p. 16.
- GANTIER, N. – *L'enseignement d'une langue étrangère*, chapitre IV, *Programmation et laboratoires de langues*, PUF, Paris, 1968, pp. 65–78.
- GOFFMAN, E. – *Forms of talk*, Oxford: Basil Blackwell, 1981.
- LEFRANC, R. – *Les systèmes universitaires et post-universitaires européens d'enseignement à distance*, Strasbourg, Conseil d'Europe, in n.º 4, 1974, p. 174.
- MOUNIN, G. – *Linguistiques et Philosophie*, PUF, 1975.
- PENFIELD et ROBERTS – *Langage et mécanismes cérébraux*, PUF, Paris, 1963.
- RIVERS, Wilga M. – *Psicologia e ensino de línguas*, S. Paulo, Ed. Cultrix, 1974.
- WIOLAND, F. – *Pour "bien" parler, prendre le temps*, Le Français dans le monde, 176, 1982, pp. 79–83.

CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO DISCURSO ORAL

Este texto com base numa exposição oral para um Seminário interno do IPED, tem como objectivos:

Apresentação de características do discurso oral, na sua relação com o discurso escrito sem tentar, no entanto, entrar em especificidade do discurso audio, tema de outra intervenção.

Sensibilização à aplicação pedagógica em ensino a distância, de uma investigação sobre o discurso oral (análise morfo-sintática) desenvolvida pela autora, segundo a metodologia do GARS (Groupe Aixois de Recherche en Syntaxe) dirigido pela Prof. Claire Blanche-Benveniste.

EXEMPLOS DE UMA INVESTIGAÇÃO

1

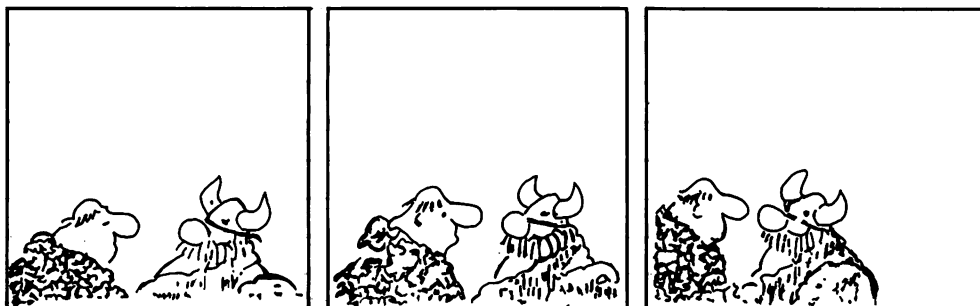
INTRODUÇÃO

Para serem indicadas as características gerais da oralidade, será vantajoso considerarmos a escrita. Não porque oral e escrita sejam sistemas opostos; cada um exerce determinadas funções na sociedade em que coexistem. No entanto, uma certa reflexão oral-escrita poderá trazer vantagens de um ponto de vista metodológico.

Não será de subestimar o valor da escrita ao ser investida de uma significação tão importante como o advento da História, como também não poderá ser negado o seu prestígio que tem sobrelevado o valor da oralidade.

Com a evolução dos estudos sobre linguagem, com o desenvolvimento de meios tecnológicos audiovisuais, na pedagogia que utiliza esses meios audiovisuais, a oralidade adquiriu uma importância que chegou a ser exagerada; pensamos que hoje se tenta estabelecer um equilíbrio entre oral e escrita.

Teremos de concordar com Jakobson ao afirmar que a comunicação é primeiro oral e posteriormente, escrita. Ela surge do ponto de vista biológico, primeiro com o *homo loquens* e só mais tarde com o *homo scribens*. Oral-Escrita duas formas de comunicação que convirá analisar, embora só possamos fazê-lo de uma forma sumária por não ser directamente o objectivo desta intervenção.



La Nouvelle
Communication
Hågar Dunor le Viking
par Dik Browne

Frère Hagar, pour la plupart les maux qui frappent le monde ont pour origine un manque de communication

Et le monde ne s'améliorera pas tant que les gens ne communiqueront pas entre eux

Pour se dire quoi?

"LANGUAGE, IN FACT, IS FAR THAN WORDS AND COMMUNICATION REQUIRES FAR MORE THAN LANGUAGE ALONE"

Henri lee Junior

Ó João porque é que será que de quando em vez quase ciclicamente há ...

- I - ... Surgem ondas de superstição
ondas de medo na população
medo
(ou pelo menos)
credibilidade das bruxas
feiticeiros
e/ou
quejandos
- II - eu parece-me que há vários
há vários fex
factores que tentam
tendem para explicar realmente esta
este afluxo
este interesse súbito das pessoas
das pessoas por estes temas
- III - Sim embora
embora em
no
em países mais avançados
mais desenvolvidos portanto todos estes fenómenos se registem a um nível mais avançado

2 ORAL ESCRITA Alguns aspectos

Boomfield, linguista da escola estruturalista americana, na esteira dos primeiros estudiosos das línguas ameríndias que reflectiram sobre a ligação língua-cultura, faz uma crítica à prioridade da escrita, concedida pelos linguistas. Segundo Bloomfield, a escrita sobrelevará o oral por haver a ideia generalizada da sua associação ao esforço (para se escrever bem); por outro lado, falar, segundo a ideia generalizada, não exige esforço, estando na linha do natural, do efémero, do mais ambíguo. Este autor chama a atenção para o facto de os estudiosos se dedicarem mais à reflexão e estudo sobre a escrita, visto que esta é considerada como algo menos ambíguo que o oral e possui um carácter permanente.

É claro que o problema da «permanência» da escrita se coloca a um mesmo nível do registo oral. O desenvolvimento da técnica veio possibilitar, com as gravações, os vídeos, etc., o «arquivo» e «manuseamento» do oral.

Oral e escrita serão opostos? Pessoas que não tiveram contacto com o código escrito e com a aprendizagem da língua numa perspectiva metalinguística, não deixam de comunicar. Na verdade, os chamados analfabetos podem não saber o que é uma conjugação, o que significa concordância de género, número e pessoa, por exemplo no sistema de verbos, mas utilizam esse sistema e comunicam.

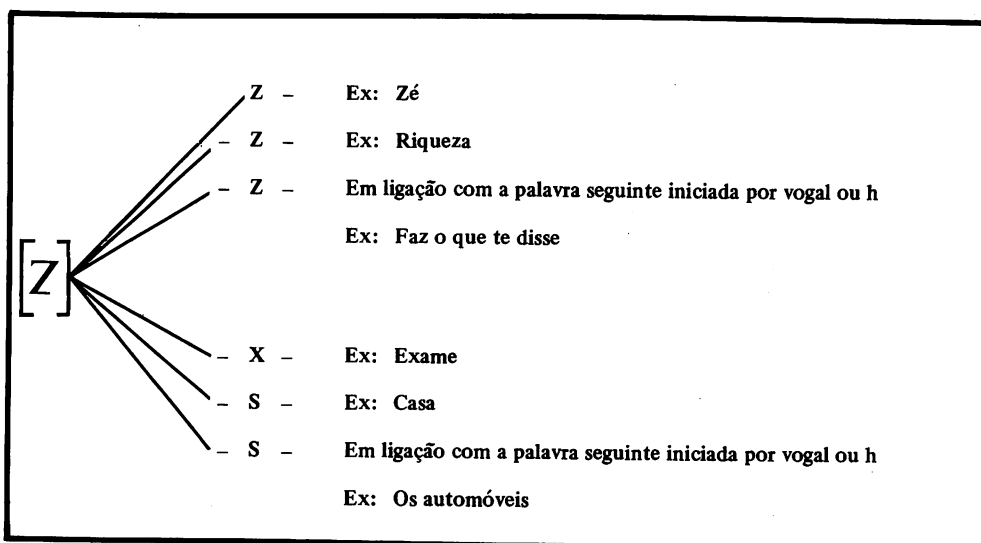
Oral e escrita serão, portanto, duas formas de comunicação diferentes, utilizadas em diferentes situações. Para conhecer a escrita é necessário, no entanto, passar por um processo de aprendizagem de tipo escolar mais ou menos informal.

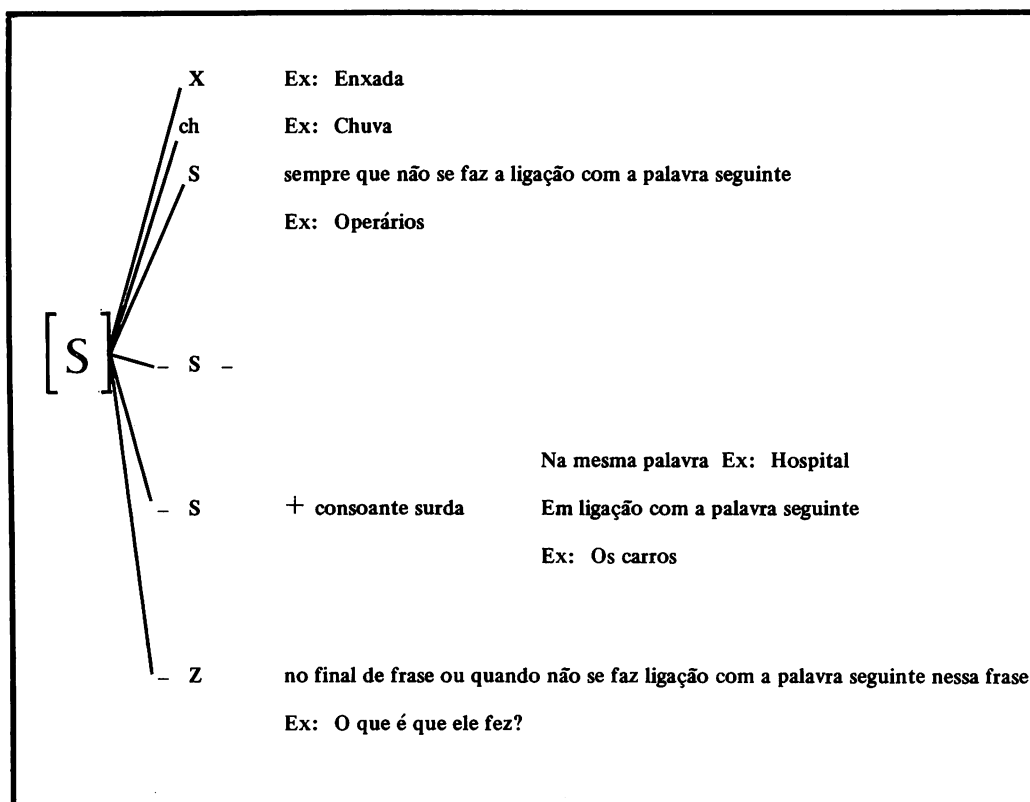
Um dos primeiros problemas que se põe, no contacto inicial com a escrita, é o da segmentação da cadeia falada, uma vez que será pela escrita que se poderá observar directamente uma fronteira visível entre as palavras; este aspecto está também ligado ao problema da correspondência entre som e grafia.

Poderemos, por uma questão metodológica considerar 3 níveis:

O nível fonológico

Por exemplo, no caso da língua portuguesa, como no de muitas outras, não podemos falar de uma correspondência unívoca fonema-grafeína. Para tal, observe-se apenas exemplos dos fonemas e na nossa língua:





Oral e escrita não se podem reduzir aos aspectos fonológicos e gramático e esta não correspondência som-grafia vai prender-se essencialmente com problemas de ortografia.

Há que considerar a nível de som e de grafia, variantes, além de termos em conta outros dois níveis:

– A nível sintáctico, as diferenças oral-escrita não são grandes. Pela observação de descrições já realizadas e pela investigação por nós efectuada, sobre o oral, casos como por exemplo a posição dos pronomes nas suas formas clíticas, a existência largamente marcada de elementos fáticos e toda a problemática que se possa desenvolver à volta do que é interpretado normalmente como simples repetições, «lapsos», elisões, redundâncias, etc., não é suficiente para constituir uma gramática própria da oralidade.

Todos nós conhecemos situações de oral solene, como de escrita familiar, por exemplo.

Poderemos falar, antes, de uma certa «norma» aceite numa determinada situação de interacção directa.

– A nível semântico, a ideia que durante muito tempo prevaleceu segundo a qual o nível de língua mais elevado estaria ligado à escrita, é hoje posta de lado.

Na verdade é a situação de comunicação (incluindo factores de ordem sociológica, psicológica, económica, cultural, etc. que estão na base de uma escolha lexical), que implica registos de língua diferentes, tanto no caso do oral como no da escrita.

Estas situações de comunicação utilizando oral ou escrita podem estar directamente relacionadas com o tempo e o espaço objectivos da emissão e recepção.

A título exemplificativo, podemos apresentar o seguinte quadro:

	MESMO TEMPO		TEMPO DIFERENTE	
	ORAL	ESCRITA	ORAL	ESCRITA
MESMO ESPAÇO	interacção face-a-face, em presença	professor a escrever no quadro	narração de um acontecimento (acidente, por ex.)	sobre suporte fixo, não deslocado (convocação de greve nas paredes, por ex.)
OUTRO ESPAÇO	conversa ao telefone emissão de rádio/TV em directo	telegrama telex	emissão de rádio/TV em diferido responderor telefónico automático	sobre suporte móvel deslocado (livro, jornal, etc.)

NOTA: esquema adaptado de "L'écrit et les écrits: problèmes d'analyse et considérations didactiques" (vd. bibliografia)

Podemos, portanto, observar pelo quadro, que oral e escrita são formas de comunicação diferentes, de acordo com situações inscritas no espaço e no tempo, por exemplo.

Será útil recorrermos ainda, neste caso, ao problema do analfabetismo. Na campanha efectuada no México, foram observadas situações em que a escrita funcionava como mero repositório de regras de boa educação a ela associadas, sendo a informação (no sentido de algo que é trazido de novo) passada paralelamente: assim, por exemplo, são referidos casos em que os analfabetizados escrevem da prisão aos seus familiares uma carta com todas as fórmulas clássicas de boa educação e pedem ao portador, oralmente: «quando entregar, peça as minhas camisas».

Oral e escrita funcionam, assim, de acordo com o estatuto que lhes é conferido pelos seus utentes.

Há, no entanto, que considerar, como acima já foi abordado, factores sociolinguísticos que vão influir quer na oral, quer na escrita.

A sociolinguística fornece-nos uma série de factores determinantes na significação social dos comportamentos verbais.

«A realização de discurso, sempre específica em função de contexto, depende essencialmente de factores, tais como:

- características sociais do locutor/auditor (idade, sexo, estatuto social, actividade profissional, pertença étnica, etc);
- rotinas diárias de interacção movidas por necessidades físicas, psíquicas e sociais e também intenções de comunicação com os locutores/auditores por ex.: as normas

- sociais e actualização do saber que se tornam efectivas no decurso das interacções; os processos de compreensão de si mesmo ou do outro; tipos de intenções comunicativas na base de necessidades específicas, como levar alguém a uma acção determinada, informar alguém ou querer convencê-lo, desculpar-se ou justificar-se, etc.);
- características da variedade de língua utilizada (língua standard, dialecto, sociolecto) e da sua organização interna em actos de discursos concretos (a sua forma fonética e gramática, a sua função comunicativa e o efeito de orientação da acção);
 - contexto de emprego da língua (lugar, momento e situação das expressões verbais, constelação da interacção verbal e das pessoas que nela estão implicadas, tipo de situação de discurso (formal ou «constrangido» vs. informal ou sem constrangimento), influência de pessoas presentes como auditores;
 - opinião dos locutores/auditores a propósito da língua (apreciação inconsciente do comportamento linguístico pessoal e do de outras pessoas; avaliação social de comportamentos verbais que têm consequências na própria acção).»

DITTMAR, N. – Wildgen, W. – “Variation linguistique et contexte social”

Toda a problemática exposta nos números anteriores leva-nos a uma certa reflexão sobre o estatuto conferido à oralidade e à escrita.

No entanto, a palavra escrita ficou muito tempo ligada ao prestígio, à «cultura» (é claro que no sentido académico do termo). O facto é que cada vez mais se acentua a atenção prestada ao estudo das raízes de um povo quer através da sua literatura tradicional oral, de etnotextos recolhidos *in loco*, quer do estudo do tipo de leitura de objectos e de sinais que rodeiam as camadas de população ainda não alfabetizada. Tudo nos leva à certeza de que as palavras na escrita ou na oral desempenham funções diferentes na comunicação e que o registo de língua em que são realizadas está intimamente ligado a aspectos sociológicos já mencionados anteriormente.

Assim, vamos encontrar modelos de estrutura sintáctica em contos tradicionais para crianças que têm a sua correspondência nas revistas de banda desenhada dos modernos «heróis».

Apenas a título de curiosidade vejam-se os seguintes exemplos:

1.*	Encarcerado		nos últimos subterrâneos da Torre		Formoso	vivia	isolado e esquecido
2.*	Disparado	ainda bebé	do planeta de Krypton	a bordo de um foguete	Kal-El	criou-se	na Terra
3.*	A polícia	decidiu usar	cães	para	acabar com		os criminosos
4.*	O jovem	mandou percorrer	toda a cidade	a fim de	ver se encontrava		a dama ...

1.* – “A Princesa dos Cabelos de Ouro”, Col. Encantada, LEPSA, São Paulo, 1955

2.* – “Superman nº 27” (edição portuguesa)

3.* – “A Gata Borracheira”, op. cit.

4.* – “A Pantera Cor de Rosa nº 2” (edição portuguesa)

Muitos outros exemplos poderiam ser igualmente citados; é curioso verificar que embora, por vezes, pareça existirem diferenças a nível das funções sintácticas, estas são compensadas. Por exemplo, o maior número de modalizações e complementos circunstanciais no ex. 2, é compensado pela maior utilização de atributos no ex. 1.

Outro caso que poderia ser referido é o da existência de uma chamada «literatura de cordel» muito bem escrita, sem quaisquer incorrecções a nível gramatical e que se coloca no âmbito das narrativas orais e onde existe uma interacção directa entre os personagens.

Não parece nada estranho, a quem se lembra de ter ouvido contar estas histórias ou quem as conta a seus filhos agora, a utilização de um tipo de oral como o dos exemplos acima mencionados, sendo a situação extraordinária dos personagens que, essencialmente, exige um registo de língua diferente daquele que utilizamos em conversas sobre aspectos vulgares do nosso quotidiano.

As próprias crianças têm consciência da existência de diferentes registos quer de língua oral, quer de escrita e, embora não sejam capazes, por vezes, de os utilizar, no entanto, sabem reconhecê-los. Neste sentido, foi efectuada uma investigação em que a autora colaborou, cujos resultados constam de um relatório enviado pelo grupo GARS orientado pela Prof^a Claire Blanche - Benveniste ao Ministério da Educação Francês, em 1980. Nesse relatório é demonstrado o conhecimento, por parte de crianças emigrantes, de vários registos de língua em francês escrito.

Embora a escrita esteja ligada a uma certa ideia de superioridade, há autores que assim não pensam. A frase de David Abercrombie "*We speak with our vocal organs but we converse with our entire body*" está ligada à importância de elementos paralinguísticos como determinados gestos (abandar da cabeça) controláveis durante a interacção comunicativa, elementos não vocais, igualmente, mas não controláveis durante a interacção tais como o modo de estar vestido, a tosse que surge, que se inscrevem nos aspectos extralinguísticos da interacção. Neste sentido, são importantes os estudos desenvolvidos por novas ciências como a Proxémica, a Cinésica, etc.

Mensagem escrita corresponderia, então, como redução do oral, à seguinte fórmula:

Mensagem escrita = Mensagem oral - X.	em que
---------------------------------------	--------

- X = 1) elementos linguísticos - traços supra-segmentais:
(tais como a entoação, o ritmo, a intensidade ...)
realização de fonemas identificadores de:
- classe etária
 - sexo
 - pronúncia regional
 - sintomas psicológicos e somáticos
 - prosódia

2) elementos paralinguísticos controláveis durante a interacção conversacional e extralinguísticos não controláveis durante a interacção

3) Proxémica (manifestações de aproximação/afastamento do interlocutor)

Por outro lado, a escrita, reduzindo de certo modo o interlocutor, dá lugar ao texto e à sua composição. Elementos como a caligrafia, a pontuação, a paginação (jornais, por ex.), a impressão com a utilização de cor, tamanho do texto, corpo de caracteres, etc. poderão «compensar» os aspectos existentes numa interacção directa.

Portanto, mais uma vez comprovamos que não poderemos afirmar que o oral tenha um carácter de inferioridade, assim como não poderemos dizer que a escrita seja uma mera redução do oral. Cada um tem as suas características e preenche funções diferentes e não são, de facto, opostos.

O que não podemos é impedir a emissão de juízos de valor dos interlocutores sobre as produções orais ou escritas. Lembremos, a propósito a ideia de «mercado linguístico», de Pierre Bourdieu, segundo o qual as produções verbais são produtos de um mercado em que aquele que fala é cotado como possível marido, empregado, etc. Assim como P. Bourdieu, W. Labov afirma que a comunidade linguística no seu conjunto está unificada por um conjunto de normas de avaliação que atribuem ou não aos traços linguísticos um certo prestígio social.

3 DISCURSO ORAL

Exemplos de uma investigação

Não sendo nossa intenção apresentar, através de uma simples leitura, as características fundamentais do oral (vd. documento entregue a ser discutido) preferimos focar alguns aspectos abordados anteriormente e comentar exemplos concretos da nossa investigação em curso.

Os exemplos seleccionados foram colhidos na rádio propositadamente para que possamos observar algumas características específicas do oral, sem, no entanto, entrarmos no domínio do discurso áudio a que simultaneamente pertencem estes textos, mas cuja problemática será abordada na intervenção que se segue.

Considerando a tipologia (lato senso) do oral:

- oral espontâneo
- oral preparado
- escrito oralizado

não estamos a atender tanto à recepção, mas essencialmente à sua emissão.

Os exemplos que vamos apresentar não correspondem ao terceiro caso da tipologia enunciada — o escrito oralizado — que nos parece que terá de ser o privilegiado em emissões de ensino a distância (este aspecto é abordado por outros colegas), mas integram-se nos outros casos.

Exemplo 1 — “O Curandeiro” —

A situação de produção verbal é um pouco particular; trata-se de um adolescente de cerca de 12 anos que, por sua livre vontade, telefona para um programa de rádio para nele participar, contando a história apresentada.

É curioso verificar a organização do discurso oral que é posta em evidência por esta técnica de disposição do texto produzido, de acordo com a sua análise morfo-sintáctica.

Trata-se de um texto apresentado na sua totalidade.

As linhas horizontais correspondem a uma mudança de unidade sintáctica, já que todo o texto apresenta uma mesma unidade temática.

Podemos observar que o essencial da história possui a mesma estrutura sintáctica (II), havendo a introdução de um elemento (“a voz do vizinho”) que aparece na estrutura (II) em posição post-verbal; nota-se, assim uma correspondência entre a estrutura sintáctica e o enunciado da narração.

Se lêssemos a transcrição desta produção, não nos aperceberíamos da organização do discurso oral, que, neste caso, é quase perfeitamente simétrico. A estrutura (I) serve de introdução e apresentação da narração, assim como de final, numa forma mais reduzida lexicalmente.

Não nos cabe aqui fazer uma análise pormenorizada do texto, mas será interessante verificarmos a posição paradigmática ocupada pelos conectores, assim como será importante ter em atenção o posicionamento dos pronomes-sujeito e complemento.

Os tipos de configuração de discurso oral, as simetrias, as quebras de unidade sintáctica, o posicionamento dos elementos em relação ao verbo construtor, a existência ou não de modalizadores, os pronomes, são aspectos a ter em consideração num discurso oral de ensino a distância que se pretende eficaz nos seus efeitos.

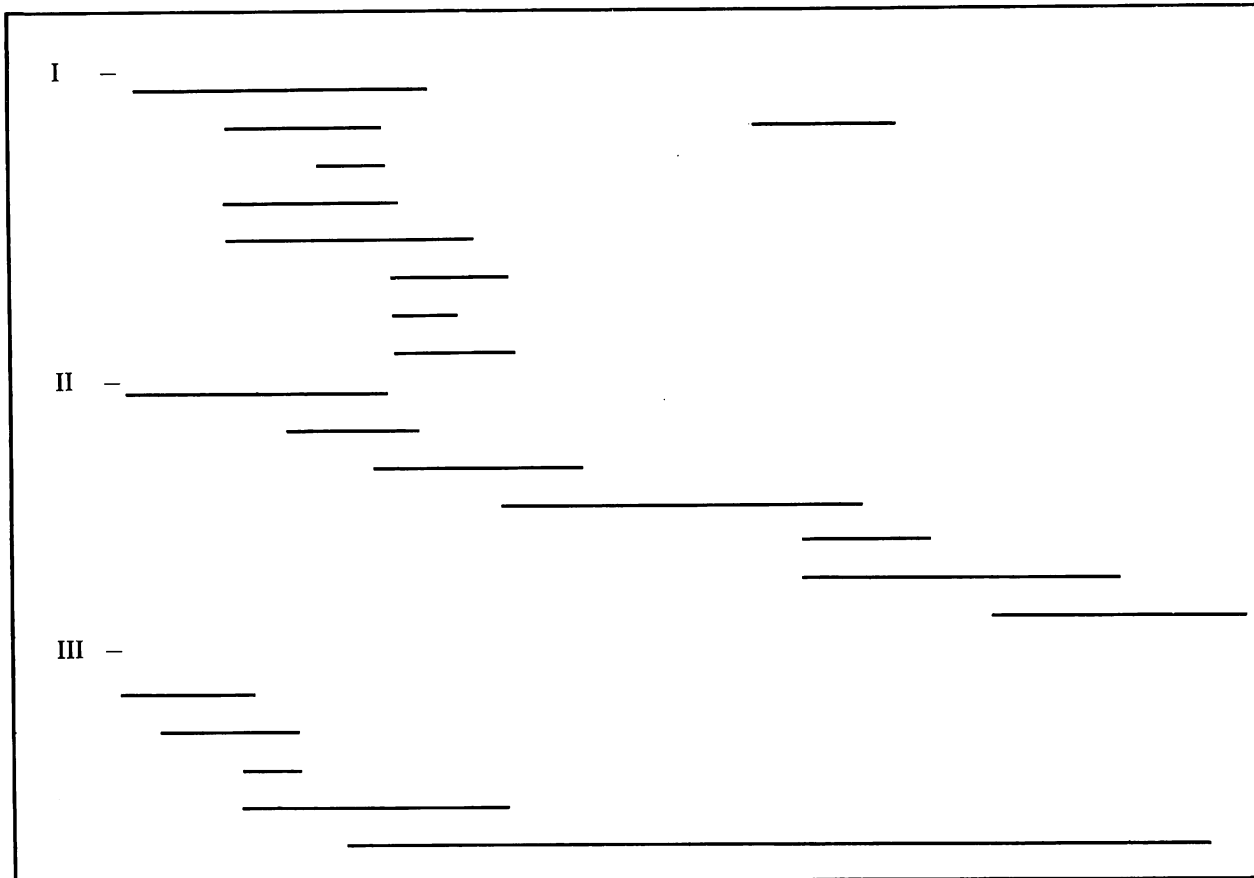
"CURANDEIRO"					
bem	é	uma	senhora	que	foi a um curandeiro
				e	dizia que uma alma (a) andava a perseguir que era a alma do vizinho
<hr/>					
e então		ela		foi	ao curandeiro muito chorosa
		e	o curandeiro	lá a	benzeu
		e	ela		fez umas coisas
					desmaiou
<hr/>					
e então			começou-se	a ouvir a voz do	vizinho a dizer para ela ir para o pé dele
				a	chamá-la
<hr/>					
e depois passado um momento		o curandeiro		benzeu-a	na cabeça
		e	ela	começou	a voltar a si
<hr/>					
e	é	só	assim		

Exemplo 2 — "Bruxas" —

Neste exemplo, 2 jornalistas que já se conhecem (vd. forma de tratamento no início), encontram-se numa situação de entrevista informal. A leitura da transcrição oral deste texto tornar-se-ia insuportável, mas existe, de facto, uma organização do discurso que está bem à vista através desta técnica de análise. A existência de dois interlocutores é apenas dada a conhecer pelo vocativo ("O João"); é evidente que do ponto de vista de recepção, enquanto auditores, dar-nos-íamos conta, sempre, da mudança de voz; queremos apenas chamar a atenção para o facto de que poderá existir o fenómeno de locutor colectivo, cujo discurso é o desenvolvimento da produção dos discursos de vários locutores; poderá, precisamente, convir, em situação de ensino a distância, a utilização de um locutor colectivo no desenvolvimento de uma temática, apenas quebrando a monotonia, a diferenciação de vozes; noutros casos, será o contrário. Pensemos que aspectos como este deverão ser cuidadosamente estudados antes de uma emissão.

Neste exemplo, temos o caso de pergunta-resposta. A configuração do discurso é semelhante nos dois casos: há uma produção «em escada», com desenvolvimento para a direita.

Esquemáticamente, poderíamos representar as três unidades sintáticas apresentadas, da seguinte forma:



Sem desejarmos entrar em pormenores, gostaríamos de chamar a atenção para este tipo de produção que normalmente é considerada como “*lapsus*”, repetições, procura de pensamento. De um ponto de vista sintático não é feito qualquer tipo de interpretação numa linha psicologizante. O que observamos é a produção de unidades sintáticas que vão sendo acrescentadas de novos elementos, até se completar no final dessas unidades, o que nos dá a ideia de «escada».

A configuração «em escada», evitando, evidentemente determinadas hesitações, poderá ser a apropriada, em casos de apresentação de nova matéria, por exemplo. Na verdade esta configuração corresponderá ao retomar do que já foi enunciado, anteriormente, havendo sempre um desenvolvimento no sentido de acrescentamento de informação.

A utilização de formas enfáticas poderá igualmente ser ou não útil, de acordo com a intenção pedagógica que se tem em vista.

No caso da segunda unidade de estrutura sintática, ainda em «escada», podemos observar a importância da modalização dos dois verbos que poderemos considerar a nível de construtores da unidade sintagmática (“há” existencial e “explicar”). O desejo de distanciamento do locutor em relação ao seu próprio discurso é notório pela utilização da forma modalizante de /haver/, – “eu parece-me” – que surge logo no início da frase, portanto, topicalizada; por outro lado, também o verbo (explicar) é modalizado por «tentam/tendem para».

Já na terceira unidade sintática a asserção é evidente, não se colocando já o locutor na situação de afastamento.

ORAL

Uma outra
gramática?

4

Não cabe aqui, como aliás já anteriormente foi referido, nem pretender analisar estes textos, nem tão-pouco entrar numa terminologia específica que retiraria a inteligibilidade do texto que lhe é conferida por esta técnica de análise morfo-sintáctica. Julgamos, todavia, que podemos partir de uma base de descrição da língua para conhecimento do seu funcionamento e para hipóteses e estudos ligados à pragmática, à lógica, à sociolinguística, por exemplo, para utilização no campo da pedagogia do ensino.

Pudemos observar, através dos exemplos, a organização dos textos orais. No entanto, a ideia generalizada é a de que o oral não exige esforço, é desorganizado, que se trata de uma forma inferior de comunicação; associa-se muitas vezes oral com registo de língua familiar ou mesmo popular, no sentido de conter vocabulário de calão.

Todos estes preconceitos e outros são facilmente postos em causa quando se tenta apresentar os textos com esta técnica, de acordo com as formas morfo-sintácticas produzidas, organizadas de acordo com a posição que ocupam no discurso. Vemos, assim, que existe uma organização na produção do discurso oral, que não se trata de uma forma inferior ou superior de comunicação, mas de uma forma a utilizar em determinadas situações; nos dois casos apresentados, temos um registo de língua que tende já para um tipo de linguagem cuidada, como seria de esperar num contexto situacional como os que foram referidos.

Pelos exemplos observados e pelo que ficou anteriormente dito, pensamos que a oralidade em português não poderá constituir uma gramática completamente diferenciada da escrita. O que podemos afirmar neste momento, com certeza, é que o problema parece centrar-se nos registos de língua, havendo um oral solene assim como há uma escrita familiar.

Só o desenvolvimento destes estudos nos poderão ajudar a chegar a uma conclusão definitiva, no caso do português.

Algumas conclusões/reflexões

Gostaríamos que tivesse ficado claro que o oral tem uma utilização específica, que não tem que se opor à escrita, a qual, por sua vez, preencherá outras funções.

Também gostaríamos que tivesse ficado claro que o oral e escrita têm um estatuto que lhes é conferido pelo registo de língua em que são realizados em determinada situação.

Pudemos observar que estudos que estão a ser efectuados sobre discurso oral, quer em interacção directa, quer através de meios de comunicação de massa como a rádio, poderão servir de base de reflexão para um uso mais consciente das suas diferentes formas, em ensino.

Por exemplo, a mudança de unidade sintáctica poderá funcionar como elemento catalizador de atenção, além de poder representar mudança de tema; a existência de elementos fáticos é importante, tendo de ser equacionada a sua posição no discurso, assim como as suas formas e a sua frequência; qualquer tipo de modalização poderá ser importante, na relação que estabelece entre o locutor/emissor e o seu próprio discurso (distanciamento, certeza, etc.); a topicalização de determinados elementos (nomes, complementos mais ou menos directamente construídos pelo verbo) poderá ser de grande importância no relevo que se pretende dar a determinado aspecto de temática a tratar; importante será igual-

mente o posicionamento de locativos de espaço e de tempo, a consciência da utilização de falsas subordinadas, o valor das construções exigidas directamente pelo verbo, o cuidado na utilização dos pronomes para que não haja ambiguidades; a escolha lexical adquire também uma importância fulcral em vários aspectos: como é feita a sua circulação através do discurso, a necessidade de uma certa redundância no discurso oral e o registo de língua a que corresponde a sua selecção ...

Muitos outros aspectos terão ficado por abordar. Esperamos, no entanto, que a nossa investigação em curso venha a ser de grande utilidade na consciencialização do tipo de configuração de texto mais adequado, a ser utilizado em situação de ensino, por exemplo a distância. ●

●

MARIA BELMIRA DE ATAÍDE RODRIGUES DIAS

Colaboradora no IPED, no domínio da investigação, Núcleo de Linguística da F.C.S.H. da Universidade Nova – formação de professores a diversos níveis e ensino de Linguística Geral e Linguística Portuguesa. Colaboradora no Centro de Formação da RTP. Tese de doutoramento, em preparação, sobre o discurso oral em Português nos meios de Comunicação Social, em Aix-en-Provence. Leitora na Universidade da Sorbonne, Paris - IV.

●

BIBLIOGRAFIA

- “Alguns apontamentos sobre problemas práticos da técnica de alfabetização segundo Paulo Freire”, documento elaborado por Maria Belmira de Ataíde R. Dias, D.G.E.A., 1975 (reformulado em 1981).
- ALMASY, Paul – *La photographie, moyen d'information*, Tema – Editions, Paris, 1975.
- DITTMAR, Norbert e Wildgen, W. – “Variation linguistique et contexte social” in *Le langage en contexte* (vol. vii), John Benjamins, B. V., Amsterdam, 1982.
- GARS (Groupe de Recherche en Syntaxe) – *Recherche sur le français parlé*, Université de Provence, nº 2, 1979; nº 3, 1981.
- MARTINS-BALTAR, M.; BOURGAIN, M.; COSTE, D.; FERENEZI, V.; MOCHET, M. A. – *L'écrit et les écrits: problèmes d'analyse et considérations didactiques*, C.R.E.D.I.F. – E. S. St. Cloud, C.C.C. du conseil de l'Europe, 1979.

A INFORMAÇÃO

Percurso Simbólico

Um conjunto de unidades metalinguísticas que “supõem” dois géneros textuais – títulos e desenvolvimentos do jornal radiofónico – permite não só apontar para elementos diferenciais desses “géneros”, como também remeter para valores simbólicos da informação “medial”: a narratividade, o simulacro de realismo, a perspectivação pela contiguidade ... Por outro lado, com o mesmo “corpus”, são reveladas uma “deslocação” lógico-discursiva e uma rivalidade de objectos discursivos através de um caso de perspectivação enunciativa criada pelo paradigma deíctico /este, esta/, ficando assim sublinhada a representatividade simbólica de unidades gramaticais.

Ao comparar a “comunicação simbólica” com a “comunicação afectiva” diz David Premack, professor americano de psicologia, que “a comunicação afectiva está submetida à condição prévia de base de uma concordância temporal das escalas de preferências. Todos os membros da comunidade devem ordenar os acontecimentos do mundo da mesma maneira e utilizar uma mesma escala de valores”.⁽²⁾

Se fizermos abstracção das contingências temporais a que está submetida qualquer escala de valores e se relativizarmos a incidência que poderá ter a fórmula de Premack, parece-nos útil recordar a importância dessa “base de concordância” – afectiva – quando estão em causa as noções de comunicação, informação e acontecimento.

Por outro lado, procurar compreender “quem diz o quê e como e a quem”, na velha e consagrada fórmula de Lasswell acerca das funções da comunicação, continua sendo uma questão que, longe de estar resolvida, se actualiza. A própria visão ou revisão dos termos – quem, o quê, como, a quem – bastaria a sempre equívoca problemática do saber e do conhecer os objectos, incluindo

sujeitos, que constituem a comunicação moderna “*lato sensu*”.

Porque, ao entrever-se a comunicação, a não comunicação se desvela, porque ao instituir-se a totalidade da comunicação se incorre na necessidade de reduzir, isto é, se percorre a Necessidade linguística e cultural.

O querer, dever e poder dizer, são modalidades da comunicação a que se juntam a competência e a “performance” linguísticas. O texto na sua literalidade evoca a permanência do resíduo mas a periodicidade com que se repetem e transmitem os textos permite a mítica revelação – e satisfação – do que é contínuo.

Antes de abordarmos o tema – relações entre títulos e desenvolvimentos do jornal radiofónico – :

Lembremos muito rapidamente algumas implicações comuns à imprensa escrita e à imprensa sonora. A redundância e o ruído (no sentido que tomou na teoria da informação) são elementos integrantes da comunicação radiofónica, mas não são alheios, muito pelo contrário, à imprensa escrita. Além disso, a informação, tanto numa como noutra, obedece, por parte do ouvinte e leitor, a filtragens múltiplas.⁽³⁾

É possível também, e dentro duma perspectiva na periodicidade e simultaneamente da leitura/audição, apontar para ambas, fenómenos como a retroacção, o reconhecimento, o reforço e a remanência: O **reconhecimento** considerado como relação de sinais com uma dada configuração mental, o **reforço** como a consolidação das convicções ou indefinições intervindo a par da regularidade situacional; e a **remanência** como o laço a manter coerentes os sucessivos objectos evanescentes, tais como os títulos e os noticiários.

Pode mesmo falar-se, tanto para a imprensa escrita como para a radiofónica, de uma organização espaço-temporal, ainda que, à primeira vista, só a primeira pareça ligada a uma organização espacial. Na imprensa escrita, a distribuição da “informação” corresponde a um arranjo gráfico que fixa visualmente lugares e hierarquias, direcções impressivas de leitura. No “medium” radiofónico, é sonora e verbalmente que essa distribuição, esse arranjo espacial, é conseguido, quando, por exemplo, é estabelecida uma distância, mesmo se temporal, entre os títulos e os corpos de notícias: é o caso da Rádio Renascença ao fixar uma pausa entre o resumo das 12 h e o desenvolvimento às 12.30 h. Quanto à Antena 1, há uma certa representação auditiva da organização espacial, através da sistemática mudança de voz, a voz do locutor em estúdio dando lugar, por exemplo, à voz do jornalista/correspondente no exterior.

Deixando de lado unidades distintivas específicas da comunicação radiofónica como espaços musicais, tons, ritmos e inflexões de vozes (do género competitivo, expeditivo, anunciativo), insistiremos em certos aspectos enfáticos, que são comuns ou não a títulos e corpos de notícias e sobretudo pretendemos pôr em destaque relações discursivas predominantes. Relações discursivas que tocam a organização interna do jornal, escrito ou sonoro, em pontos onde se torna mais flagrante ser a actualidade actualização simbólica e afectiva de tendências e motivos individuais e colectivos.

É num reduzido número de textos sonoros que apoiamos o nosso breve comentário, suscitado no entanto por observações colhidas no campo da imprensa escrita. Foi a presença do conjunto título/desenvolvimento que determinou a escolha do “corpus”, constituído pelo noticiário das 12.30h e títulos das 12h da Rádio Renascença do dia três de Março do corrente ano e pelo noticiário das 13h de Antena 1 do mesmo dia.

Determinar as regras que possam gerar não só os títulos a partir dos textos (corpos de notícias) ou o inverso, mas a própria relação que os une, seria tarefa

importante, a exigir uma teoria adequada. É natural, no entanto, que uma etapa preliminar consista em utilizar as coordenadas cartesianas. Assim, pode ser estabelecido a vários níveis um paralelo entre os títulos e os desenvolvimentos, como se deduz do esquema:⁽⁴⁾

	títulos	desenvolvimentos
	a	a'
	b	b'
	:	:
	v	v'
	n	n'

Uma dificuldade surge, porém, imediatamente: mesmo partindo do princípio de se tratar de unidades comparáveis e de correlação espacial e temporalmente próximas, que aspectos servem de base a esta comparação? A pergunta não desafia uma evidência mas procura pôr em causa algumas tentativas de evidência no domínio da análise léxico-semântica.

Ao compararmos os títulos de Rádio Renascença (consultar os textos em anexo) com os desenvolvimentos respectivos, na perspectiva do esquema apontado, verifica-se, num primeiro nível de análise, que há um recorte diferente no contexto semântico/referencial. Para concluir por esta diferença foi necessário estabelecer unidades de sentido primordiais. Assim para b temos

- Conselho de Ministros reunido
- encontro Primeiro-Ministro/Presidente da Região Autónoma da Madeira
- encontro deste último com o Presidente da República.

Para b' temos:

- Conselho de Ministros reunido
- gestão do Estado da Região Autónoma da Madeira
- encontro do Primeiro-Ministro com A. J. Jardim + matérias de discussão
- encontro A. J. J./Presidente da República ϕ .

Com este esquema não se torna difícil reconhecer os pontos de contacto entre as unidades de sentido discriminadas. Contudo fica ainda por revelar a similitude – discursiva e já não de conteúdo – que parece existir entre b e b'.

Fazendo operar uma nova distribuição das mesmas unidades de sentido, chegamos ao esquema seguinte:

- b { – Conselho de Ministros reunido
- { – encontro Primeiro-Ministro/Presidente do G.R. da Madeira
- { – A. J. Jardim
- { – Presidente da República
- b { – Matéria de substância política – não
- { – Matéria de gestão corrente do Estado – sim oposição¹
- { – gestão do Estado – matérias de análise
- { mas oposição²
- { – gestão da Região Autónoma
- { – Primeiro-Ministro
- { – A. J. Jardim – matérias de discussão
- { – A. J. Jardim
- { – Presidente da República .

A distribuição, ou melhor, a configuração binária que corresponde à progressão discursiva aparece ligada a outro processo: a redução de uma unidade sintagmática/sémica, como por exemplo “gestão do Estado”, a uma unidade em que prevalece o último elemento, ou que fica reduzida ao último elemento, neste caso “Estado”, constituindo o elemento “gestão” o ponto de união de duas unidades conjuntas e opostas simultaneamente.

É evidente que as duas oposições assinaladas no esquema não são da mesma natureza. A primeira aparece a título de denegação, tendo como pressuposto a frequência de substância política como matéria de reunião ministerial. A segunda oposição é ao mesmo tempo englobante e relativizante: tratando-se embora de gestão, não se trata já de Estado mas de Região Autónoma. Por outro lado, esta oposição torna-se necessária para a progressão discursiva – a estada em Lisboa do Presidente da Região Autónoma da Madeira surge desta maneira como tema de proximidade natural e imediata. Este, aliás, um aspecto que podemos integrar dentro de um fenómeno que tende a ser realçado na escrita da imprensa – a contiguidade discursiva.

Com efeito, já no título b aparece um operador

que podemos classificar de discursivo da contiguidade – “enquanto que”. Este operador imprime ainda um carácter elevado de narratividade – e de narratividade binária – ao texto do título, parecendo oportuno precisamente num texto curto.

O carácter de brevidade do título, predispondo, pelo menos aparentemente, à confluência de operadores discursivos da narratividade (cf. também “entretanto” no título d) impõe, como é óbvio, uma redução temática motivada. Se no corpo da notícia b' se verifica a conjugação de dois temas – encontros e assuntos dos encontros – no título b é exclusiva a presença do tema, ou semantema, “encontro”.

O domínio privilegiado é o domínio pessoal, e não seria despropositado considerá-lo como emblemático num conjunto de títulos onde os sujeitos – e sujeitos gramaticais – são predominantemente pessoas, quer individuais, quer colectivas. E os encontros, reuniões, viagens, inscrevem-se num motivo que faz da intersubjectividade socio-política, acontecimento, tendência esta já mais geral e própria da imprensa em geral.

A relação romanesca que advém de um encadeamento discursivo específico consolida-se, na perspectiva do ouvinte, em “mas enquanto aguardam a sua integração na CEE (...)” do desenvolvimento d'. A própria utilização próxima do termo “episódio” não desmerece esta interpretação.

As ligações discursivas são necessárias, mas não são necessariamente contraditórias. Depois de terminada uma notícia com uma apreciação, senão optimista, pelo menos de boa intenção,⁽⁶⁾ começa nova notícia com um comentário que reforça paradoxalmente o carácter disforizante da anterior.⁽⁷⁾ Se é visível mais uma vez a transição sob forma de oposição binária, é notória aqui a incompatibilidade de duas afirmações textual mas não discursivamente próximas.

Uma elaboração analítica com base nas premissas já enunciadas permite utilizar, e simultaneamente determinar, vários tipos de unidades distintivas. Se o conteúdo é abordado com unidades de sentido, é com unidades de valor que se torna possível recolher um elemento dinâmico do texto – a ênfase. Quanto à configuração do texto, essa é realizada através de unidades correlativas do discurso, constituídas por vezes pela própria disposição das unidades de valor.

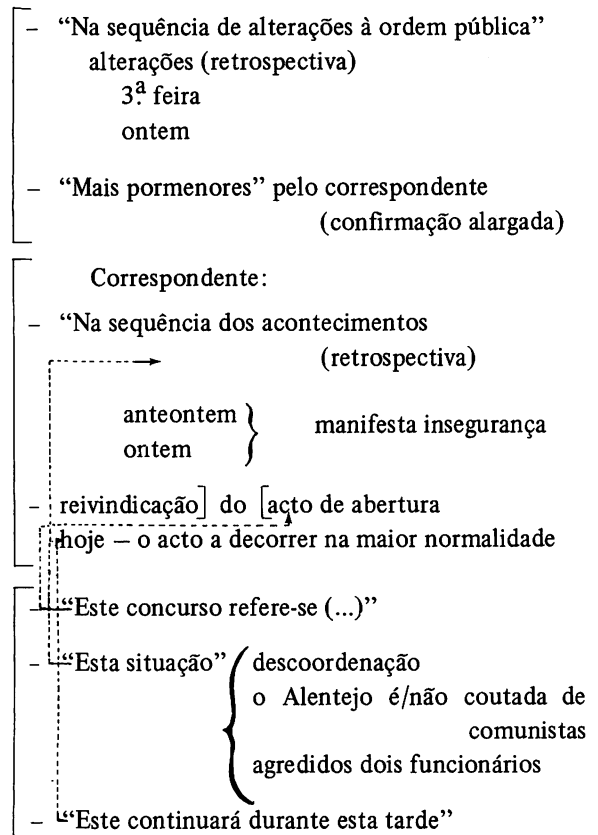
O conjunto título a / desenvolvimento a' parece ilustrar esta última perspectiva, como se pode depreender depois de organizadas cronologicamente (segundo a cronologia textual) as unidades de valor predominantes,

que se ordenam sem operadores discursivos aparentes:

a	A palavra – o homem – o lugar
a'	Efeito causa (viagem) valor superlativo para o emissor
Palavras	valor para o destinatário
“Palavras”	valor – contexto espacial
Comunicado	valor Igreja homem
Mensagem	valor superlativo – viagem
Visitas pessoais	
Manifestações externas	
Visita a Nicarágua (antecipação do efeito)	contexto espacial

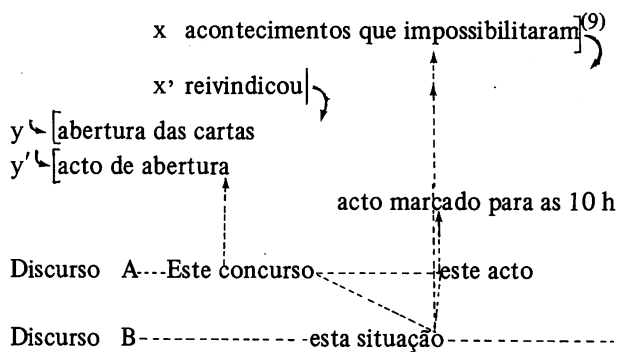
Assim, a importância recorrente atribuída, no desenvolvimento, à Palavra repete-se (e institui-se) no título, onde a Palavra reside – residualmente, por que não? – como momento inaugural.

O paralelismo a que conduz, em títulos e desenvolvimentos, a presença das mesmas unidades de sentido e de valor é certamente pertinente. Mas, a elevá-lo a ponto fulcral de análise, uma perspectiva unilateral tenderia a impor-se. Ora há aspectos que separam radicalmente um título do seu desenvolvimento, mesmo quando ambos contêm elementos sintagmáticos comuns. O conjunto e/e' mostra-se a esse respeito exemplar. O momento introdutório de e' repete quase integralmente o título, exceptuando “tensão” substituído por “agitação”. Um processo transformacional corrente entre títulos e corpos de notícias – a nominalização – intervém igualmente: “demissões” – “demitirem-se”. Não ficam assim desmentidos o conteúdo de um e de outro; reforçados mesmo, não só pela insistência e aparato informativo (intervenção do correspondente), próprios de certos desenvolvimentos radiofónicos, como também pela inconsistência que paira no documento ao vivo fornecido pelo correspondente. É a natureza dessa inconsistência que convém discernir, e dela podem dar conta as unidades correlativas de discurso. Para isso vejamos o desenvolvimento e' :



No quadro acima transcrito foi o desenvolvimento dividido em três partes, correspondentes a três planos: o plano da intervenção da locutora, o do correspondente a corroborar as notícias anteriormente ditas e a fornecer um complemento em relação ao “hoje”, não abordado pela locutora, e o terceiro plano, constituído pelo momento do texto em que intervém o deíctico “este” (“este concurso”, “esta situação”, “este acto”), que será considerado como unidade correlativa de discurso. É ele, com efeito, que trás à superfície textual o cruzamento de dois temas, tornados discursos: um, onde predomina o disfórico e a normalidade é obliterada, o outro, onde se recordam elementos ligados ao “concurso/acto” em si.

É precisamente com a “reprise” de elementos de conteúdo primordiais (concurso/acto de abertura e situação de tensão) e a “deslocação” do valor semântico-sintáctico de “este” que fica não só perturbada a sequência lógica do texto, mas também patente a oscilação real entre dois objectos de informação, justapostos e rivais. O esquema seguinte sugere pois a presença paralela dos dois discursos e a progressão textual quebrada.⁽⁸⁾



Se no noticiário da Rádio Renascença os títulos são anunciados como tais, assim como os corpos de notícias são chamados de desenvolvimentos, na Antena 1 a repartição não obedece a este critério e nomenclatura. A organização é mais complexa, ou pelo menos mais aparatosa, pode dizer-se mesmo, e no que toca a certos pontos do noticiário do dia 3/3/83, mais pitoresca.

ANTENA 1 – Jornal da tarde (13 h)

Jornal da tarde - o som da actualidade

Boa tarde. Em grande destaque na primeira página do jornal da tarde, José Rocha Dinis com a notícia – corrida a um banco em Macau provocou pânico:

“Estabeleceu-se algum pânico, chegou a haver alguns estragos (...)”

Outro tema a merecer destaque de 1.ª página teria de ser fatalmente o futebol – 4.ª-feira europeia com golos portugueses: “GO...O...L...O!!...”

Já a “água” voava bem alto, quando “leão” rugiu.

Outro tema é a visita do Papa. Na Costa Rica ele explicou o sentido da sua viagem

[voz do Papa] “(...) esperança (...)”

Em página alargada vamos falar hoje de um dos actos políticos mais importantes no próximo fim-de-semana na Europa: eleições na Alemanha Federal.

Hoje andou a roda – números mais premiados (...)

Primeira página com destaque para a corrida a um banco em Macau. Uma situação que gerou algum pânico entre os clientes daquele estabelecimento bancário e nos próprios círculos de alta finança. A situação está hoje normalizada após horas de grande expectativa. Mas o que é que esteve por trás desta atitude dos clientes habituais do Luso-Internacional? Em directo de Macau – José Rocha Dinis:

“Na base desta atitude poderá estar o facto de ter-se lançado um boato de que o Banco Luso-Internacional estava muito empenhado na compra do ouro (...)

Era José Rocha Dinis em directo de Macau. Jornal da tarde. Também em 1.ª página e Mário Aleixo na 4.ª-feira europeia com golos portugueses:

? ...
 “O livre é marcado (...)
 É golo ...”

Foi assim no início da tarde de ontem no estádio olímpico de Roma – era o primeiro golo do Benfica visto e ouvido pela televisão e pela rádio. Era também a primeira explosão do entusiasmo português no que constitui a primeira mão dos quartos de final (...)

– enfim, já tudo se terá escrito e dito nas últimas horas sobre a vitória do Benfica (...) mas nós podemos ainda rapidamente recordar alguns momentos através do registo magnético, como por exemplo o 2.º golo do Benfica (...):

[relato] ... Golo, golo, golo ...”

É evidente a influência da imprensa escrita, ao ser perspectivado o encadeamento das notícias em termos de “primeira página” e “outras páginas”. Além disso, a meio da amostragem de temas de primeira página, outros temas pertencentes, como é dito, a “nova página, ou a página alargada”, são anunciados, à semelhança do que se passa na imprensa escrita, com as “tarjas” da primeira página.

Estes aspectos, embora de interesse, não serão desenvolvidos aqui, onde ficará também por abordar a relação entre o título – anúncio e o respectivo corpo de notícia. Duas reflexões só – uma sobre a articulação do título do locutor e o extracto do texto que lhe serve de réplica; a segunda sobre a articulação de corpos de notícias.

Um vaivém interior/exterior dos estúdios realiza um simulacro de realidade e de diálogo. À voz responde a voz, ao som o seu reflexo, e não é em vão que o slogan de abertura é “jornal da tarde – o som da actualidade”. O som que ilustra a amostra de notícia, esta a funcionar como título, aquele a corresponder à vez ou voz da verdade, à sua imagem, ilustração ou eco. De tal maneira que a passagem do título à sua ilustração sonora é feita precisamente pela utilização do mesmo termo-chave: pânico pânico; atitude atitude; golo golo (repetido duas vezes no desenvolvimento), etc.

Talvez por pura coincidência, o último termo do final da notícia sobre a visita do Papa – “tribunal” – é repetido no início da nota seguinte, depois de uma pausa

musical:

“(…) os condenados devem morrer até 24 h após a decisão do tribunal [música] “O tribunal constitucional criado na sequência da revisão constitucional (…)”

A contiguidade é humorística e negra. Tenaz a necessidade inconsciente do encadeamento sob forma de objecto/reflexo. Paródica ou violenta a contiguidade de notícias que se valem e se neutralizam.

RÁDIO RENASCENÇA

Títulos do jornal das 12.30 h

A mudança na América Central ainda é possível – afirmou João Paulo II na Costa Rica.

A nível nacional, o Conselho de Ministros está reunido para debater assuntos correntes do Estado, enquanto que para esta tarde se prevê um encontro entre o Primeiro-Ministro e o Presidente do Governo Regional dos Açores. Alberto João Jardim é também recebido hoje pelo Presidente da República.

A CEE revê as suas propostas no que toca aos produtos agrícolas mediterrânicos na perspectiva do alargamento da Comunidade a Portugal e Espanha.

Entretanto, os dois países ibéricos discutem a problemática das pescas.

No Alentejo, a Reforma Agrária volta a provocar agitação e demissões.

A Carris paralisa de novo esta tarde durante quatro horas. Mas ... há outros conflitos laborais.

A OPEP está reunida em Londres: em foco os preços do petróleo.

O presumível atentado a L. F. em Itália desencadeia polémica diplomática. De novo a Bulgária no centro do caso.

As negociações israelo-libanesas não conhecem progressos significativos.

Estes, como dissemos, alguns dos títulos a desenvolver às 12.30 h.

(...)

Passamos desde já ao desenvolvimento. Uma atmosfera de esperança invade irresistivelmente a América Central, com a peregrinação de João Paulo II – o mais audacioso empreendimento do seu pontificado.

A mudança na América Central ainda é possível – esta a principal mensagem do Papa a milhões de homens, mulheres e crianças que acordam diariamente debaixo da atmosfera cinzenta da guerra. As palavras do Sumo-Pontífice soam numa região que conhece uma guerra civil no Salvador, confrontos diários na fronteira entre a Nicarágua e as Honduras, sangrentas actividades de guerra e repressão na Guatemala.

O Papa insistiu vigorosamente no papel pacifista mas activo que a Igreja deve desempenhar nesta região para defender os homens, sobretudo os mais pobres e deserdados, aqueles que não dispõem de terras e são marginalizados.

Hoje na capital da Costa Rica, o ponto mais alto da jornada de João Paulo II é a mensagem à juventude no estádio nacional. Às 18 h, hora de Lisboa, o Papa é também recebido no palácio presidencial pelo Presidente da República, L. A. Monge, e no fim do dia reúne-se com os sacerdotes e religiosas na Sé-Catedral de S. José.

Mais de cem mil cartazes alusivos à visita papal, bandeiras do Vaticano e da Costa Rica, imensas fotografias de João Paulo II e grandes painéis murais, confeccionados com flores, reproduzindo símbolos cristãos, enfeitam as ruas percorridas pela comitiva papal. Desta vez, a enorme força de segurança que normalmente acompanha o Papa tornou-se irreconhecível nos cortejos.

Amanhã será a vez da Nicarágua receber o Soberano-Pontífice – a segunda etapa do seu périplo à América Central. Neste país, a mensagem de paz e reconciliação é particularmente esperada, numa altura em que se intensificam os ataques de grupos anti-sandinistas lançados a partir de território hondurenho.

Por cá, o Conselho de Ministros está reunido desde o princípio da manhã. Na sua agenda não se destaca nenhuma matéria de substância política: é unicamente dedicada a discussão de alguns decretos-lei da gestão corrente do Estado. Entre eles, o destaque para uma proposta que (...).

(...) Ainda no âmbito da gestão do Estado, mas especificamente no que se refere ao Governo da Região Autónoma da Madeira, o Primeiro-Ministro reúne-se esta tarde com A. J. Jardim. Neste encontro serão apreciadas diversas matérias pendentes, que João Jardim já discutiu durante esta sua estada em Lisboa com os restantes membros do Governo. A instalação da zona franca industrial da Madeira (...) e ainda outras matérias do sector das pescas são os principais assuntos em análise. João Jardim será ainda recebido esta tarde pelo Presidente da República.

Outro assunto. O alargamento do Mercado Comum a Portugal e Espanha (...)

Mas enquanto aguardam a sua integração na CEE, os dois países ibéricos procuram resolver problemas bilaterais. O acordo de pescas luso-espanhol conheceu novo episódio com a breve estada em Lisboa do Secretário das Pescas espanhol Miguel Oliver. Embora Portugal não abdique dos princípios básicos para a salvaguarda do mar territorial português, Faria dos Santos adiantou que está em discussão um acordo provisório que poderá vigorar até Setembro. Estas as declarações do Secretário das Pescas português, ontem, à partida de Miguel Oliver que, como dissemos esteve em Lisboa à procura de uma solução para o diferendo entre os dois países. Este acordo provisório justifica-se uma vez que o governo que sair das eleições de Abril não pode negociar imediatamente um acordo global. Contudo, M. O. mostrou-se optimista quanto ao desbloqueamento da situação, afirmando à Anop que as conversações decorreram bastante bem, tendo-se aberto uma porta para uma solução transitória.

Mas se entre Portugal e Espanha não se vislumbra ainda um acordo, Luís Fontoura que se encontra em Cabo Verde declarou que Portugal e aquele país chegaram já a um entendimento no sector das pescas. Adiantou ainda que as conversações da comissão mista luso-caboverdiana decorreram de forma excelente.

No Alentejo, a Reforma Agrária volta a provocar tensão. Directores da delegação em Beja do Ministério da Agricultura demitiram-se na sequência de alterações à ordem pública verificadas naquela cidade nos últimos dias. Na passada 3.^a feira aquando da abertura de cartas de agricultores candidatos a distribuição de terras da Cooperativa da Herdade do Sertão, um grupo de rurais concentrou-se frente às instalações do MAP e impediu aquela operação. Ontem de manhã as instalações foram invadidas apesar da presença de elementos da PSP. Mais pormenores pelo nosso correspondente em Beja, Carlos Cavaco:

“Na sequência dos acontecimentos que impossibilitaram a abertura das cartas dos concorrentes ontem e anteontem nas instalações do centro regional da Reforma Agrária de Beja, devido a manifesta insegurança para a realização legal do processo, o governador civil de Beja, Parreira Cortês, reivindicou o acto de abertura de propostas a que está a presidir e que continua a [decorrer] no edifício do Governo Civil. O acto marcado para as 10h da manhã está a decorrer na maior normalidade, tendo a PSP montado um dispositivo de segurança que, dada a ausência de manifestantes, não teve necessidade de intervir. Este concurso refere-se a quatro parcelas de propriedades agrícolas do distrito de Beja. Segundo o chefe do distrito, esta situação ficou a dever-se a uma descoordenação entre a PSP e os técnicos do MAP no que respeita à segurança. Parreira Cortês diria ainda que o Alentejo é parte integrante do país e não coutada de comunistas. Recorde-se que ontem foram nas instalações da estação agrária de Beja agredidos dois funcionários e houve roubo e destruição de algumas cartas com propostas. Este acto continuará durante esta tarde”●

* MARIA LUÍSA DO AMARAL SOARES OPITZ

Nascida no Porto, em 1947, licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1969, apresenta, em 1970, a tese de licenciatura *O fantástico no conto brasileiro*. Conclui o estágio liceal no Porto, em 1972. Foi leitora de Português durante quase dez anos na Universidade de Nancy onde defende o “Doctorat 3^e cycle” em Linguística, com um trabalho que intitula *l'Identité du texte – Introduction à une analyse du titre, de l'article et de l'image dans la presse périodique portugaise*, Junho de 1984, sendo já assistente convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L. Atribuída a equivalência em Maio do corrente ao Doutoramento português, passa a professora auxiliar da mesma Faculdade.

BIBLIOGRAFIA

- (1) Foram feitos alguns acrescentos e pequenas alterações ao texto da comunicação; os jornais utilizados encontram-se em anexo.
- (2) In E. Morin/M. Piattelli – Palrini, *L'unité de l'homme. I. Le primate et l'homme*, Paris, Editions du Seuil, 1974, p. 73. Quanto à “comunicação simbólica”, não é na acepção de Premack que utilizamos o termo simbólico no nosso trabalho.
- (3) Richaudeau, em *Les secrets de la communication efficace*, La Bibliothèque du CELP, 1975, estabelece a existência de sete filtros e paralelamente um esboço de tipologia do ouvinte/leitor.
- (4) Com a orientação das flechas tal como fica representada, pretende sugerir-se uma correlação horizontal/vertical que evite instituir um único ponto inicial imanente; ficam graficamente incluídos fenómenos como os já citados – retroacção, reconhecimento, reforço remanência.
- (5) “(...) tendo-se aberto uma porta para uma solução transitória”.
- (6) “Mas se entre Portugal e Espanha não se vislumbra ainda um acordo”. Esta notícia vem representada por & por não ter título correspondente.
- (7) A linearidade textual, a ser considerada, só o pode ser a nível temporal de superfície. Nas suas relações espaço-temporais, as entidades textuais revelam uma organização simbólica própria, que pode ou não ser representada geometricamente.
- (8) As flechas representam a ligação sintáctica entre x-y e x'-y'. Por sua vez, os parênteses rectos as entidades do plano discursivo seccionadas e para as quais apontam efectivamente “este ...”, “esta ...” e “este ...” nas suas relações anafóricas com o referente respectivo.

OS SERVIÇOS OPERACIONAIS DO IPED

De um modo geral, os leigos em matéria de ensino a distância, têm tendência a menosprezar a radiodifusão como veículo útil para este tipo de ensino.

O IPED que utiliza como meio didáctico a interacção indirecta, através dos meios Audio, Video ou Scripto, reconhece o poder e a rapidez de penetração do ensino

telemediado seja por Audio, seja por Video, mas constata, ao mesmo tempo, as vantagens que o Audio apresenta relativamente ao Video, não só em termos económicos como em termos de facilidade de utilização e de maior praticabilidade (quase toda a gente possui um pequeno gravador audio).

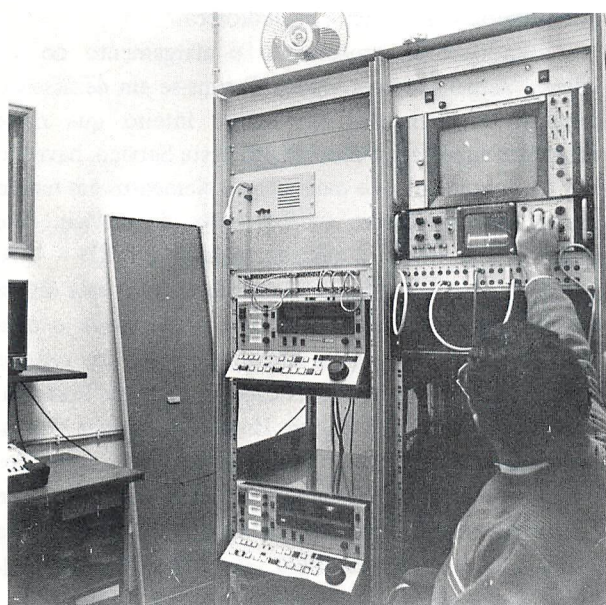


Tendo em conta este facto o IPED constituiu os seus Serviços Operacionais (S.O.) dimensionando as áreas dos serviços de maneira a cobrir a futura exploração a 100% destes media.

Quando o IPED – U. A. começar com as suas actividades em pleno, os S.O. deverão ter respostas técnicas e tecnológicas para poderem manter o ritmo exigido pelos trabalhos.

Dentro desta óptica os S.O. começaram a preparar o seu pessoal através de acções de formação internas e externas e na prática de trabalhos vários dentro das áreas Video e Audio.

No caso concreto dos S.O. – Audio, o IPED tem neste momento um estúdio apetrechado para executar trabalhos de qualquer grau de responsabilidade. O equipamento Audio adquirido é extremamente actualizado e sobretudo foi levado em conta a sua adequação aos objectivos que norteiam a actividade do IPED.

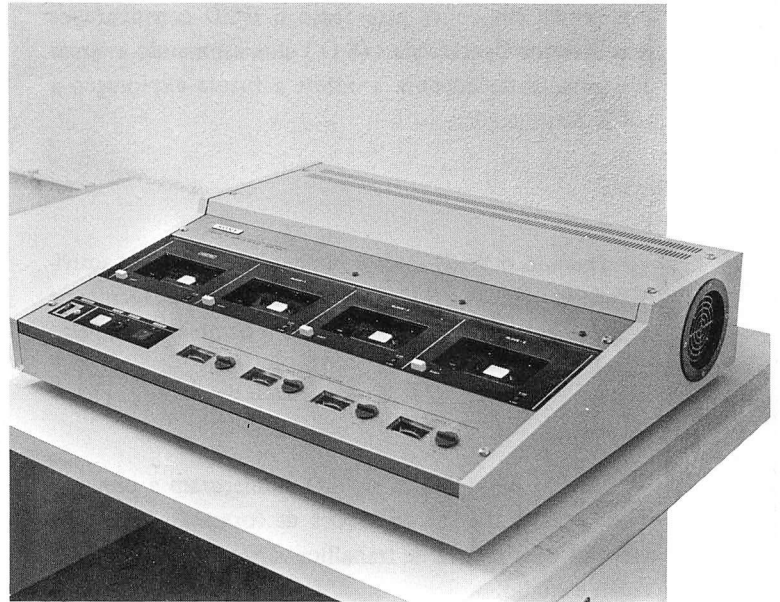


O equipamento geral para o trabalho Audio disponível e a funcionar nos S.O. conta neste momento, com:

- 2 gravadores de fita de arrasto de 2 pistas de 1/4 de polegada
- máquina de duplicação a alta velocidade
- 2 gravadores de cassetes
- 3 gravadores de reportagem HUER de fita de arrasto de 1/4 de polegada - de 2 pistas
- 1 mesa de mistura com 20 vias de entrada e 8 vias de saída
- monitores de estúdio (Tanoy)
- vários microfones de reportagem e de locução

Já neste momento temos portanto capacidade para gravar em estúdio ou em exterior, copiar a alta velocidade, fazer trabalhos de sonoplastia e montagens (audioteca).

Desde o início que os S.O. Audio apoiam os trabalhos de investigação interna e os trabalhos propostos por entidades fora do Instituto, como por exemplo o trabalho de registo de Cursos de Português para Macau, Falar Português I, que foi encomendado pelo governo de Macau ao IPED através da Faculdade de Letras de Lisboa.



Este trabalho requereu aos S.O. a ocupação do estúdio Audio - A (locução de diálogos por quatro locutores profissionais), a captação de ruídos exteriores (exigidos pelo texto), a utilização de um operador Audio responsável e de um operador de montagem para a qual se utilizou, além dos ruídos captados do real, o material para sonoplastia existente na audioteca.

Têm os S.O. programado o alargamento do seu pessoal actual (audio e video). Estima-se em dezasseis o número de elementos em tempo inteiro que neste momento suportam o movimento deste Serviço, havendo um desdobramento de mais quatro elementos em tempo parcial que asseguram as flutuações de serviço. Este número será quase duplicado quando o IPED - U.A. iniciar as suas actividades, prevendo-se para essa altura um afluxo de trabalho com uma regularidade e uma diversificação que exigirá, não só da parte dos centros envolvidos - Tecnologia, Pedagogia, Língua Francesa, Área de Letras e Ciências Humanas, Língua Portuguesa, História e Cultura Portuguesas, ... - como dos S.O., um esforço de elaboração e de coordenação que se irá apoiar na formação especializada dos elementos que formam os centros do IPED, na qualidade do "Hardware" na técnica dos operadores formados pelos S.O.



NOTÍCIAS

ACTIVIDADES AUDIO

Este número – Sinal 2 – é constituído por um conjunto de trabalhos apresentados num seminário de formação interna sob a designação de “Curso de Iniciação à Tecnologia Audio” (Abril 83), realizado pelo grupo Áudio do CETED.

Uma vez que se apresentam aqui algumas das comunicações deste seminário, será justo referir o próprio Seminário.

As pessoas convidadas que se propuseram participar activamente, receberam em devido tempo uma ficha de organização para que se conhecesse, com antecedência, o material de que iriam necessitar para a apresentação da sua comunicação.

Igualmente foi necessário pensar no equipamento da sala onde se realizou o curso, bem assim como no material necessário aos monitores do curso.

Recolhido o material das comunicações, foi organizada uma grelha de trabalho que permitisse alternar o trabalho teórico com o trabalho prático, e ainda a existência de um espaço para discussão sobre as comunicações apresentadas e balanço das várias actividades. A sessão final teve a presença do Presidente do IPED, Prof. Doutor Rocha Trindade, que fez o remate do curso.

Em Novembro de 84 o CETED – Audio executou, em colaboração com os S.O. do IPED, e em resultado de um acordo estabelecido entre o Director dos Serviços de Educação de Macau, o Presidente do Conselho do Departamento da FLL – Prof. Doutor Malaca Casteleiro, o Presidente do IPED – Prof. Doutor Armando Rocha Trindade e a Directora do CETED – Prof.^a Maria Emília Ricardo Marques um trabalho constituído pelo registo de um conjunto de 124 diálogos em estilo coloquial (real simulado) e um anexo de exercícios da área de Fonética e Fonologia fornecidos pela FLL. Competiu ao IPED – CETED, contactar e contratar locutores profissionais, orientar o ensaio e coordenar as vozes, efectuando todo o trabalho de controle de “régie”, e ao IPED – S.O. a captação de ruídos de exterior exigidos pelo contexto (ruídos não existentes na fonoteca dos S.O.), a execução técnica do trabalho de captação e gravação em estúdio e ainda a montagem do mesmo. O projecto foi dado por terminado em Abril de 85 tendo sido imediatamente enviada a matriz sonora para Macau através da FLL.



Este ano de 1985 iniciou-se um trabalho de investigação na área Audio. O principal objectivo era testar as capacidades de atenção, discriminação auditiva e memória auditiva, bem como a disponibilidade vocabular de uma amostra não aleatória, que se pretendia com algumas características da população-alvo dos programas sobre língua portuguesa a preparar para a RDP/Internacional. A amostra compreendia adultos dos dois sexos, de idades, habilitações e ocupações diversas e crianças entre 9 e 10 anos. O objecto dos testes consistia num pequeno texto que era ouvido uma única vez, pedindo-se em seguida que cada indivíduo preenchesse uma ficha com as dez palavras consideradas mais significativas da ideia-chave do texto. A população testada (50% de adultos e crianças) conseguiu, deste modo, uma reconstituição do texto ouvido em dez palavras no máximo. Os resultados obtidos foram analisados e chegou-se a algumas primeiras conclusões. A conclusão básica é a de que é diferente o modo como adultos e crianças reagem a um teste deste tipo. Neste momento, o trabalho de investigação continua (analisando-se os resultados em diversas perspectivas) com o fim de obter uma resposta mais precisa.

Celebrou-se a 13 de Fevereiro de 1985, após vários contactos e reuniões entre o Director da RDP/Internacional – Dr. Francisco Cerejo, o Director de Programas da RDP – Dr. José Manuel Nunes, a Directora do CETED – Prof.^a Maria Emília Ricardo Marques e o grupo Áudio CETED – IPED, um protocolo entre o IPED e a RDP, com o fim de estabelecer um acordo de colaboração. O IPED produziu uma série de 50 programas sujeitos ao tema Língua Portuguesa – visando enriquecer conhecimentos, destinados a ouvintes de língua portuguesa nos países estrangeiros, comunidades portuguesas, bem como cidadãos de países de língua oficial portuguesa. O autor da série foi a Prof.^a Maria Emília Ricardo Marques e o apoio tecnológico foi prestado pelo grupo Áudio – CETED.

O trabalho de registo processou-se nos estúdios de gravação da RDP.

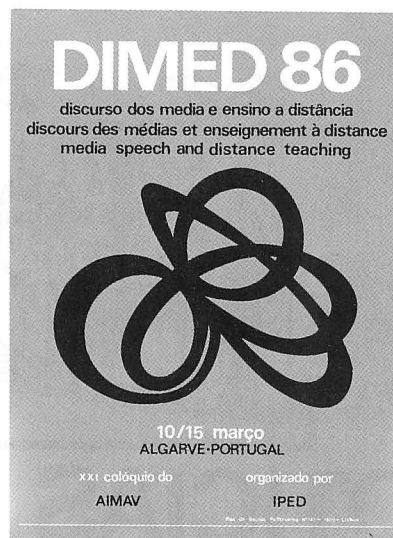
A série, com o título “Ouvir ... Falar”, começou a ser difundida em 30 de Setembro para a América (costa leste e oeste), Índia, Europa, Brasil e Extremo Oriente, existindo neste momento feed-back através de correspondência já chegada ao IPED. “Ouvir ... Falar” vai constituir um bloco: cassetes, livro de textos, índice remissivo sobre os pontos de gramática abordados e um guia sobre o tema, a motivação e o conteúdo de cada lição num conjunto que se complementariza entre si, conjunto este que será enriquecido com um livro de exploração didáctica do texto (em preparação) e a sair brevemente.



Neste momento, concluído o projecto “Ouvir ... Falar”, pensa-se em reformular o protocolo IPED – RDP com vista a produzir outro bloco, este com o objectivo de fazer chegar informações sobre o país que somos. Título: “Portugal: Memórias, Cantares e Dizeres”. Este trabalho (elaborado em dois níveis de complexidade linguística diferente) tem os seguintes objectivos:

- Referências (usos e costumes) das regiões portuguesas continentais e insulares.
- Difusão de música regional portuguesa.
- Apontamentos vários sobre as áreas geográficas abordadas.

Este novo projecto também levará à constituição de um bloco em que serão reunidos ao suporte audio (cassetes) outros media: scripto (livro de textos – está em formação a equipa que estudará este sector) e video (uma colecção de diapositivos das regiões em foco – em realização).



DISCURSOS DOS “MEDIA” E ENSINO A DISTÂNCIA

O Ensino a Distância caracteriza-se pelo uso intensivo e diversificado dos vários “media”, podendo até parecer caracterizado – e tal complementaridade é desejável – pelo facto de aqueles surgirem sob a forma de sistema “multi-media”, em que cada componente contribui para uma construção que pode simular ou tentar substituir a situação interactiva presencial.

Porque cada “medium” desempenha uma função precisa nesta construção, consideraram os responsáveis do AIMAV, e mais particularmente os organizadores deste Colóquio, que, tendo em vista uma aplicação ao ensino a distância, era importante analisar a especificidade de cada tipo do discurso tal como a do canal e dos suportes que o enformam. O conhecimento do discurso dos “media” tal como o da sua utilização na prática pedagógica, será, portanto, a primeira finalidade do Colóquio.

Para alcançar os objectivos propostos aliar-se-ão, entre outras, a investigação aplicada e a experiência dos profissionais dos “media”.

Temas do Colóquio

- Discursos “Media”: narração, descrição, mini-dramático, tele-disco ...
- Real simulado e documentos autênticos
- Autenticidade, simulação, abstracção e imaginário
- Argumentação e persuasão
- Diversidade e complementaridade discursiva dos “Media” em Ensino a Distância

INFORMAÇÃO TÉCNICA

A CONFERETTE C2

Trata-se de um auxiliar tão fácil de utilizar como os óculos.

A Conferette C2 compõe-se de um receptor estereoscópio infravermelho com um microfone estéreo incorporado.

Pode utilizar-se sem qualquer problema e em qualquer situação, especialmente quando se pretende perceber todas as palavras do Discurso Oral.

Não se trata de uma prótese, mas sim de um suplemento auditivo para todos aqueles cuja capacidade auditiva se encontra por qualquer razão diminuída, ou para as situações em que seja fundamental uma audição sem perda de elementos da cadeia falada.

Nos seminários, simpósios, congressos, em que, muitas vezes a língua em que se produz o discurso é "Língua 2" para o ouvinte, a Conferette C2 é um auxiliar precioso porque ao fazer chegar todos os sons com clareza, permite uma melhor compreensão, e conseqüente descodificação da mensagem.

Por outro lado, a sonoridade otimizada canalizada directamente ao ouvido do utilizador da Conferette C2 ajuda a concentração e permite uma maior e melhor recepção do som, porque isola o ouvido da parasitagem ambiental.

Ainda com vantagem para a utilização da Conferette C2, é de considerar a sua leveza, que permite uma longa utilização sem fadiga.



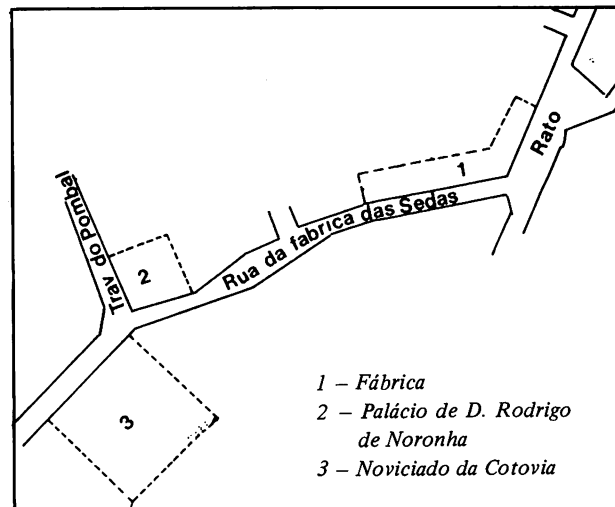
Descrição do local na primeira metade do Século XVIII

Na primeira metade do Século XVIII esta zona estava incluída no denominado Sítio da Cotovia, designação que abrangia uma vasta área de terrenos e diversas freguesias. A freguesia que englobava a zona em estudo era a freguesia de Santa Isabel, cuja descrição dos limites é transcrita na obra de Francisco Santana⁽¹⁾:

“No anno de 1741 eregio o Patriarcha D. Thomaz de Almeyda esta Parrochia na Irmida de S. Ambrozio, junto ao Mosteiro do Rato, tirando alguás porções dos destritos das freguesias de Santos, Santa Catherina, S. Joze, e S. Sebastião da Pedreira. Antes do terramoto de 1755 constava de 1460 fogos, se (sic) se distribuiaõ pelas ruas e becos seguintes. Começando p.ª ponte de Alcantara, vem pela margem oriental do rio, à orta navia, e dahy aos Prazeres, todo o campo de Ourique, e arco do Carvalhão, S. João dos Bem-Cazados, Campolide, Val de Pereiro, p.ª da rua, e traveça do Salitre, rua da Fabrica da Ceda, Collegio dos Nobres, Patriarchal; Rua de S. Bento, e da Estrella, Senhor Jezus da Boa morte; rua da Fonte santa até as Necessid.ªs, ficando dentro desta circunfer.ª a rua das Almas, rua se S. Anna, rua de S. Antonio, rua da Arrabida, traveça dos Ladrões, rua da Boa morte, rua dos Prazeres; rua da N. Snrã. do Cabo, Cardaes; rua da Conceição, Cotovia de Sima, traveça do Pombal; rua de s. Isabel; rua do Sol, rua do norte, Largo do Rato, rua das Agoas Livres, rua da Madre de D.ª, rua dos Milagres, rua do Monte Olivete, rua da Penha de França, traveça dos Cegos, e Val de Pereiro. As freg.ªs confinantes são a da Snrã. da Ajuda, Bemfica, S. Catherina, Encarnação, S. Joze, Mercês, Santos e S. Seb.ªm da Pedr.ª

Em relação aos topónimos, afirma Gustavo Matos Sequeira⁽²⁾ que a designação de “Rato” surge pela primeira vez em 1736 referindo-se ao então logradouro suburbano. Como podemos observar pela transcrição de Francisco Santana, em 1741 já existia a Rua da Fábrica das Sedas. Refere Matos Sequeira⁽³⁾ que este nome designava em 1742 a metade oeste da actual Rua da Escola Politécnica entre o Largo do Rato e o edifício da Imprensa Nacional. A segunda metade, partindo deste edifício até à actual Praça do Príncipe Real, local designado na altura por “obras do Conde de Tarouca”, era na mesma data a Rua da Cotovia. Existiam também a Travessa do Pombal, actual Rua da Imprensa Nacional, assim como a Rua do Salitre e a Rua de S. Bento que mantiveram o nome.

Considerada já fora dos limites da cidade, esta zona da Cotovia é descrita por Ratton, nas suas memórias, como sendo, na sua maioria, constituída por terras de cultivo, havendo apenas algumas casas à beira dos caminhos que atravessam as quintas. Podemos, assim, imaginar o local como uma zona suburbana em que predominavam as quintas, e partindo do Rato seguindo pela Rua da Escola Politécnica veríamos logo no início desta artéria e do lado direito, o comprido edifício da Fábrica das Sedas que designou a rua. Um pouco mais à frente no local onde hoje se situa o edifício da Imprensa Nacional, localizava-se o palácio de D. Rodrigo de Noronha. Do outro lado, mais adiante, o Noviciado da Cotovia. Eram, na época, estes os três grandes edifícios da Rua da Escola Politécnica.



Localização dos principais edifícios da zona, na primeira metade do Século XVIII

O noviciado data do Século XVII e foi edificado na Quinta do Monte Olivete no Alto da Cotovia. Foi esta quinta doada aos jesuítas em 1597 por Fernão Telles de Menezes, sendo a primeira pedra do noviciado lançada em 1603⁽⁴⁾. Ainda nos meados do Século XVII chegava a cerca do noviciado à rua do Salitre, abrangendo uma vasta área.

O palácio de D. Rodrigo situava-se no chão da Quinta de Francisco Soares, de quem descendia por linha materna. Esta quinta suburbana datava do Século XVII e era uma vasta propriedade que se estendia até à rua de S. Bento e ao Rato. Segundo Júlio de Castilho⁽⁵⁾ foi D. Fernando Soares de Noronha, filho de D. Rodrigo de Noronha, quem provavelmente cortou a quinta em ruas, uma das quais conserva ainda hoje o nome dos Noronha, e quem aforou o palácio paterno à Imprensa Régia.



Fachada da Fábrica das Sedas (1734 - 1741)

O edifício da fábrica é contemporâneo de D. João V. Foi esta unidade fabril, da iniciativa do francês Robert Godin, construída entre 1734 e 1741. Directamente



Habitação operária edificada em 1749

relacionadas com esta fábrica estão as primeiras habitações operárias da zona, constituídas por um conjunto de dez pequenas moradias construídas em 1749, das quais ainda hoje restam vestígios: o n.º 17 da actual Rua Pedro de Freitas Branco.

No Largo do Rato encontramos outro edifício que data do Século XVII; é o Convento das Trinas, que sofreu alterações importantes no Século XIX. De salientar ainda no Rato o grande edifício que é a Casa das Águas Livres cujo início de construção data do Século XVIII.

A situação depois do terramoto de 1755

Esta zona da cidade começa a ser urbanizada de uma forma sistemática depois do terramoto de 1755. A área foi incluída nos projectos pombalinos de reconstrução que, no entanto, não se concretizaram aqui na sua totalidade. Após o terramoto, e uma vez que a zona da Cotovia tinha sido das mais poupadas, aqui se refugiou grande número de pessoas, sobretudo na zona do Rato e Amoreiras. Com o retorno da vida lisboeta à normalidade vão surgir, na actual Rua da Escola Politécnica, as primeiras grandes construções residenciais. Ao longo da segunda metade do século abriram-se novas artérias e modificaram-se alguns topónimos. A Rua da Fábrica das Sedas manteve a denominação, mas a designação da Rua da Cotovia, segundo Matos Sequeira⁽⁶⁾, vai ser alterada de 1755 a 1827, e vemos aparecer a Rua Direita da Procissão, da Patriarcal, da Fábrica, do Colégio dos Nobres e Patriarcal Queimada. Em 1828 divide-se a artéria em duas: Rua Dt.^a da Patriarcal Queimada. e Dt.^a do Colégio dos Nobres. Em 1859 o nome de Escola Politécnica engloba estas duas e a Rua da Fábrica das Sedas. Foi também nesta data que se chamou Praça do Príncipe Real ao Largo da Patriarcal Queimada.

De 1770 data a remodelação paroquial que transfere para esta área a freguesia de S. Mamede, até então situada na baixa da cidade, estabelecendo-se a sua paróquia numa ermida no sítio do Val de Pereiro, local onde ainda hoje existe uma rua com este nome. Em 1783 iniciou-se a construção da nova igreja num terreno cedido pelo Colégio dos Nobres, no sítio do actual Largo de S. Mamede. A descrição dos limites desta freguesia são transcritos também por Francisco Santana⁽⁷⁾:

As duas primeiras grandes residências construídas na zona após o terramoto foram edificadas na rua da Fábrica das Sedas. Foram eles o palácio dos Condes de Ceia, edificado num terreno aforado a D. Rodrigo de Noronha nos chãos da sua propriedade junto ao seu palácio, e o palácio da família Cruz Alagoa situado um pouco mais adiante e quase contíguo ao edifício da fábrica das sedas.

Foi este último construído entre 1759 e 1762 e é um grande edifício característico da arquitectura residencial setencista.

Do outro lado desta rua e tornejando para o Rato, foi ainda edificado no último quartel do Século XVIII, por Manuel Caetano de Sousa, o denominado palácio Palmela. Sofreu constantes alterações de 1822 a 1902, entre os quais o seu revestimento a silhares de mármore e o portal. O seu extenso logradouro chega até ao Rato e torneja para a rua do Salitre, ocupando parte da antiga cerca do Noviciado da Cotovia.

Já no Rato ergue-se outro grande palácio o qual,

segundo Gustavo de Matos Sequeira⁽⁸⁾, foi edificado no último quartel do Século XVIII. Residência dos Marqueses de Viana no Século XIX, foi adquirido, mais tarde, pelo Marquês da Praia e Monforte. Outra obra arquitectónica desta época é o chafariz do Rato, da autoria de Carlos Mardel. Construção de carácter utilitário, de grande importância para a população da zona, testemunha também a beleza ornamental que caracteriza as produções do género.



Palácio Alagoa (1759 - 1762)



Palácio Palmela
(último quartel do
Século XVIII)

Para além destes edifícios há ainda a destacar duas instituições que funcionaram nesta zona após 1755. Foram elas a Impressão Régia, oficina gráfica instalada no palácio de D. Rodrigo de Noronha por iniciativa do Marquês de Pombal por alvará de 24 de Dezembro de 1761, e o Real Colégio dos Nobres, instalado em 1761 na casa do Noviciado da Cotovia após a extinção, por Pombal, da Companhia de Jesus.

São estes os principais edifícios que foram edificados neste local depois do terramoto de 1755. Quanto às restantes construções erigidas na zona não se encontram facilmente referências à sua construção por serem obras de menor importância. ●

NOTAS

- (1) SANTANA, Francisco – *Lisboa na Segunda Metade do Século XVIII*, Planta e Descrição das suas Freguesias, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 10 - 11.
- (2) SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do Terramoto*, Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa, Volume III, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1967, p. 378.
- (3) SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *op. cit.*, volume I, p. 380.
- (4) CASTILHO, Júlio – *Lisboa Antiga*, O Bairro Alto de Lisboa, Volume V, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1904, p. 25.
- (5) CASTILHO, Júlio – *op. cit.*, p. 60.
- (6) SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *op. cit.*, Volume III, p. 379.
- (7) SANTANA, Francisco – *op. cit.*, p. 46.
- (8) SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *op. cit.*, volume III, p. 394.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, J. J. Gomes de – *Ruas de Lisboa*, Notas para a história das vias públicas Lisbonenses, Lisboa, Sá da Costa, 1935.
- CASTILHO, Júlio – *Lisboa Antiga*, O Bairro Alto de Lisboa, volume V, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1904.
- FRANÇA, José Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.
- Guia de Portugal*, Lisboa e Arredores, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Segundo Tomo, Junta Distrital de Lisboa, 1975.
- SANTANA, Francisco – *Lisboa na Segunda Metade do Séc. XVIII*, Planta e Descrição das suas freguesias, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s. d.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Depois do Terramoto*, Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa, Volumes I e III, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1967.
- SILVA, A. Vieira da – *Notícias Históricas das Freguesias de Lisboa*, in “Revista Municipal”, nº 15, 1943.